

PERÍMETRO FLORESTAL DE VILA DO BISPO



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Portimão, Dezembro 2013

ABREVIATURAS

CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

D.L. – Decreto-lei

DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura do Algarve

ICN – Instituto da Conservação da Natureza

PF – Perímetro Florestal

PNSACV – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

POPNSACV – Plano de Ordenamento do PNSACV

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PGF – Plano de Gestão Florestal

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do proprietário e do responsável pela gestão.....	3
Quadro 2 - Equipa técnica responsável pela elaboração do PGF	4
Quadro 3 – Identificação dos prédios que constituem o PF Vila do Bispo	5
Quadro 4 - Inserção administrativa	6
Quadro 5 – Distribuição dos diferentes tipos de solos na exploração florestal	10
Quadro 6 – Códigos dos habitats identificados para o PF Vila do Bispo.....	12
Quadro 7 – Pragas visíveis nos pinhais	14
Quadro 9 - Áreas e tipologias da REN	22
Quadro 10 – Usos e atividades condicionados	29
Quadro 11 – Áreas de proteção e áreas de intervenção específica identificadas para o PF Vila do Bispo pelo POPNSACV	30
Quadro 12 - Classes de espaços referidas no PDM da Vila do Bispo e sua localização.	32
Quadro 13 – Parcelas e sua ocupação.....	54
Quadro 14 – Caracterização das parcelas.....	63
Quadro 15 – Parcelas Objetivos e respetivas normas de intervenção	67
Quadro 16 – Espécies a utilizar em futuras (re)arborizações e critérios de instalação ..	81
Quadro 17 – Intervenções culturais e critérios	82
Quadro 18 - Programa de intervenção da rede viária	85
Tipo de Intervenção	85
Talhão	85
Período de Execução	85
Área /extensão	85
Quadro 19 – Programa das Operações Silvícolas Mínimas	86
Momento da Intervenção	86
Quadro 20 – Gestão Florestal prevista e momento de intervenção	87
Quadro 21 – Calendarização das Intervenções.....	89

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Classes hipsométricas.....	7
Tabela 2 - Exposições	8
Tabela 3 - Classes de declive	8
Tabela 4 - Localização geográfica, período de funcionamento e Normais Climatológicas, para as principais variáveis climáticas que influenciam a distribuição das espécies florestais, da estação meteorológica de Vila do Bispo (Fonte: IM).	9
Tabela 5 – Estações hidrométricas.....	10
Tabela 6 – Ocorrência de <i>habitats</i> naturais e seminaturais no PF Vila do Bispo (Anexo B-I da Diretiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio)	13
Quadro 8 - Restrições de Utilidade Pública aplicáveis no PF Vila do Bispo	20
Tabela 7 - Classes de perigosidade e sua representatividade na UGF	34
Tabela 8 - Classes de risco e sua representatividade na UGF	34
Tabela 9 - Rede viária florestal - Classes	35
Tabela 10 - Faixas de Gestão de Combustível - <i>Tipo de FGC</i>	39
Tabela 11 - Densidade da rede viária e divisional – <i>caminhos e aceiros</i>	47
Quadro 16 – Espécies a utilizar em futuras (re)arborizações e critérios de instalação	81
Quadro 17 – Intervenções culturais e critérios.....	82
Quadro 18 - Programa de intervenção da rede viária	85

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1- Ataque de processionária em Pinus radiata jovem	17
Foto 2- Ramo deformado pela Torcedoura.....	17
Foto 3- Destruição do eixo da pinha e de pinhões, associados ao Gorgulho da pinha.....	17
Foto 4- Orifícios de emergência do Gorgulho da pinha	18
Foto 5 - Erosão por causas naturais	20
Foto 6- Casa da praia da Barriga	36
Foto 7- Casa do Guarda Florestal	37
Foto 8- Casa da Ex-Guarda Fiscal	37
Foto 9- Parque de merendas do Castelejo.....	40
Foto 10 - Trilho ambiental do Castelejo, área da lagoa	41
Foto 11- Trilho ambiental do Castelejo, área de descanso	41

ÍNDICE GERAL

ABREVIATURAS.....	i
ÍNDICE DE TABELAS	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	iv
ÍNDICE GERAL	v
INTRODUÇÃO	1
A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO	2
1. Enquadramento Social e Territorial do Plano.....	3
1.1. Caracterização do proprietário e da gestão	3
1.1.1. Identificação do proprietário e do responsável pela gestão.....	3
1.1.2. Identificação do redator e da equipa técnica	4
1.2. Caracterização geográfica da exploração florestal.....	4
1.2.1. Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem	4
1.2.2. Inserção administrativa.....	6
1.2.3. Localização e acessibilidade da exploração	6
2. Caracterização Biofísica da Exploração Florestal.....	7
2.1. Relevo e altimetria.....	7
Hipsometria.....	7
Exposição.....	8
Declive	8
Rede Hidrográfica.....	8
2.2. Clima	9
2.3. Solos.....	10
2.4. Fauna, flora e habitats.....	11
2.4.1. Fauna	11
2.4.2. Flora.....	12
2.4.3. Habitats	12
2.5. Pragas, doenças e infestantes	14
2.5.1. Pragas e Doenças	14
2.5.2. Infestantes.....	18
2.6. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais	19
2.6.1. Incêndios florestais	19
2.6.2. Cheias e outros riscos naturais.....	19
3. Regimes legais específicos	20

3.1. Restrições de utilidade pública.....	20
3.2. Instrumentos de planeamento florestal.....	24
3.3. Instrumentos de gestão territorial	28
<i>Plano de Ordenamento da Orla Costeira Entre Sines e Burgau – POOC</i>	<i>28</i>
<i>Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina –</i>	
<i>POPNSACV</i>	<i>28</i>
<i>PDM Vila do Bispo</i>	<i>32</i>
<i>PMDFCI Vila do Bispo</i>	<i>33</i>
3.4. Outros ónus relevantes para a gestão.....	34
4. Caracterização de Recursos	34
4.1. Infraestruturas florestais	34
4.1.1. Rede viária florestal (RVF)	34
4.1.2. Armazéns e outros edifícios associados à gestão	35
4.1.3. Infraestruturas DFCI	38
4.1.4. Infraestruturas de apoio à gestão cinegética.....	39
4.1.5. Infraestruturas de apoio à silvopastorícia.....	39
4.1.6. Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo	39
4.2. Caracterização sócio-económica da propriedade	42
4.2.1. Evolução histórica da gestão.....	42
4.2.2. Função de Produção.....	43
4.2.3. Função de Proteção.....	44
4.2.4. Função de Conservação	45
4.2.5. Função de Silvopastorícia, Caça e Pesca	45
4.2.6. Função de Enquadramento Paisagístico e Recreio	45
5. Avaliação de indicadores de gestão florestal sustentável	46
6. Revisão e monitorização	49
B – MODELO DE EXPLORAÇÃO	51
7. Caracterização e objetivos da exploração	52
7.1. Caracterização dos recursos.....	52
7.1.1. Caracterização geral	52
7.1.2. Compartimentação da Propriedade.....	53
7.1.3. Definição e Delimitação das Parcelas.....	54
7.1.4. Componente Florestal.....	55
7.1.4.1. Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar – dp)	63
7.1.5. Componente silvopastoril	64

7.1.6. Componente cinegética, aquícola e apícola	64
7.1.7. Componente de recursos geológicos e energéticos	65
7.2. Definição dos objetivos da exploração.....	65
7.3. Síntese	67
8. Adequação ao PROF Algarve.....	68
9. Programas operacionais	69
9.1. Programa de gestão da biodiversidade	69
9.1.1. Orientações de gestão	Erro! Marcador não definido.
9.2. Programa de gestão da produção lenhosa.....	81
9.3. Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados.....	82
9.4. Programa de infraestruturas	84
9.4.1. Rede primária (Faixas de gestão de combustível).....	84
9.4.2. Rede viária florestal.....	84
9.5. Programa das operações silvícolas mínimas	85
9.6. Gestão florestal preconizada (calendarização das intervenções)	87
BIBLIOGRAFIA.....	90

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a floresta tornou-se uma prioridade nacional e o setor florestal, uma estratégia para o desenvolvimento do País. Pela diversidade e natureza dos bens que proporciona, a floresta foi reconhecida como essencial à manutenção de todas as formas de vida, cabendo a todos os cidadãos a responsabilidade de a conservar e de a proteger.

Em 1996, a aprovação da Lei de Bases da Política Florestal, determinou que a organização do espaço florestal de cada região se fizesse através do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), iniciando-se um processo de planeamento e organização do espaço florestal nacional. Esta Lei determinou ainda que as matas públicas e comunitárias fossem obrigatoriamente geridas de acordo com um plano de gestão florestal (PGF), o qual regula, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e silvícola, visando a produção sustentada dos bens e serviços. A gestão da floresta deve ser efetuada de acordo com as normas de silvicultura pré definidas pelos PROF.

Prosseguindo nos objetivos da política florestal, apresenta-se o seguinte plano, para esta exploração, cuja gestão direta está afeta ao Estado Português.

Pretende-se que as propostas que se apresentam, promovam o desenvolvimento sustentável dos valores naturais da floresta e uma utilização social, salvaguardando os aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais intrínsecos.

A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E DA GESTÃO

1.1.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

Quadro 1 - Identificação do proprietário e do responsável pela gestão

Proprietário: Câmara Municipal de Vila do Bispo	
Responsável pela gestão: Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. Rua de Santa Marta, 55 1169-230 Lisboa	Tel: 213124800 Fax: 213124987 icnf@icnf.pt www.icnf.pt
Serviço: Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve - Braciais, Apartado 282, Patacão 8001-904 Faro Balcão de Portimão Rua França Borges, 7 R/C Esq 8500-674 Portimão	Tel: 289870718 Fax: 289822284 Tel: 282402320 Fax: 282402329
Representante da Entidade Gestora: Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve	

1.1.2. IDENTIFICAÇÃO DO REDATOR E DA EQUIPA TÉCNICA

Este documento é resultante de reuniões da equipa técnica e visitas de campo efetuadas por técnicos do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve do Algarve.

Quadro 2 - Equipa técnica responsável pela elaboração do PGF

Coordenadores António Miranda Francisco Keil Amaral	antonio.miranda@icnf.pt francisco.amaral@icnf.pt
Redatores Carla Carvalheiro Jacinto Maria José Fialho Gomes	carla.carvalheiro@icnf.pt zita.gil@icnf.pt
Colaboradores João Martins Norberto Santos Dulce Reis	joao.martins@icnf.pt norberto.santos@icnf.pt dulce.reis@icnf.pt

1.2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

1.2.1. IDENTIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL E DOS PRÉDIOS QUE A CONSTITUEM

A exploração florestal em estudo é designada por Perímetro Florestal de Vila do Bispo.

Os registos mais antigos remontam ao Decreto de 17/3/1933, (publicado no Diário do Governo n.º 67, II série de 22 de Março), no qual são incluídos, por utilidade pública, no regime florestal parcial os terrenos baldios: Torre de Aspa, Ademarinho e Barranco do Bispo, pertencentes à Câmara Municipal de Vila do Bispo, com área de 1220 hectares. Mais tarde, pelo Decreto n.º 40048, de 25 de Janeiro de 1955, (publicado no Diário do Governo n.º 20, I série) são submetidos ao regime florestal parcial os terrenos baldios situados na freguesia de Vila do Bispo e pertencentes à Câmara Municipal de Vila do Bispo. No texto não é indicada a área do perímetro. No artigo 2º este decreto, é referido que a arborização e exploração dos terrenos efetuar-se-á por conta do Estado. Oficialmente, tinha já sido apresentado em 30 de Dezembro de 1954, pelo Senhor Diretor Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, o primeiro Projeto de

arborização para a exploração designada por Perímetro Florestal de Vila do Bispo, que refere na introdução: *“Há já alguns anos que a Câmara Municipal de Vila do Bispo procura submeter ao regime florestal os seus baldios, por haver reconhecido que somente pela arborização conseguiria o seu melhor aproveitamento, além das vantagens resultantes do resguardo que passa a constituir a cortina formada e que de certo modo virá a impedir a tão nefasta ação dos ventos dominantes...”*.

Esta exploração florestal é constituída por três prédios, inscritos e designados na Conservatória do Registo Predial de Vila do Bispo, por Mata Nacional (Barranco do Bispo), Mata Florestal (A-de-Marinho) e Torre de Aspa, situados na freguesia e concelho de Vila do Bispo, distrito de Faro. Estes prédios estão separados entre si por parcelas de terrenos particulares. No Quadro 3, está sintetizada a informação relativa aos prédios que a constituem; no Mapa 1 do Anexo Cartográfico, localizam-se e identificam-se os prédios que a compõem.

Quadro 3 – Identificação dos prédios que constituem o PF Vila do Bispo

Designação	Secção Finanças	Artigo Matricial	Área (ha)
Mata Nacional ou (Barranco do Bispo)	E-E1-E2	0001	325,65
Mata Florestal ou (A-de-Marinho)	E E1 E2	0159	114,3098
Torre de Aspa	M	0011	187,4408
Área Matricial Total (ha) - somatório das áreas das cadernetas			627,4006
Área Total (ha) - obtida através do SIG			696,65

A superioridade da área total obtida através do SIG deve-se muito possivelmente à digitalização, junto à costa, dos limites de cada um dos prédios, área esta, incluída no domínio público marítimo.

1.2.2. INSERÇÃO ADMINISTRATIVA

A exploração florestal, como já foi referido situa-se na freguesia e concelho de Vila do Bispo, distrito de Faro, Portugal e no que se refere às grandes unidades territoriais, na NUT II e NUT III, Algarve.

No Quadro 4, sintetiza-se esta informação. No Mapa 2 do Anexo Cartográfico, assinala-se a localização do Perímetro e dos prédios que o constituem, nos contextos, regional e local.

Quadro 4 - Inserção administrativa

NUT II	NUT III	Distrito	Concelho	Freguesia
Algarve	Algarve	Faro	Vila do Bispo	Vila do Bispo

1.2.3. LOCALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE DA EXPLORAÇÃO

O Perímetro Florestal de Vila do Bispo situa-se na Costa Sudoeste de Portugal Continental, entre a Vila de Sagres e a povoação da Carrapateira e dista cerca de 1,5 Km da sede de concelho, Vila do Bispo. Insere-se na folha n.º 591 da Carta Militar de Portugal, conforme Mapa 1 do Anexo Cartográfico.

As coordenadas geográficas, do ponto situado mais a Sul, são: Latitude 37º4'11.23" N e Longitude 8º57'9.52" O; sendo as coordenadas do ponto mais a Norte: 37º7'31.26" N e 8º55'8.52" O.

Abrange três prédios descontínuos entre si, mas de fácil acesso. Regionalmente, seguir na Autoestrada A22 em direção a Oeste, sair ao km correspondente à saída de Lagos/Vila do Bispo. Continuar pela Estrada Nacional 125 em direção a Vila do Bispo.

Ao chegar à povoação, para aceder ao prédio situado mais a Norte, Barranco do Bispo, seguir pela EN 268 em direção a Norte e sair à esquerda ao km 26,3 para um estradão de terra batida. Seguir por 1,4 km em direção a Noroeste até chegar ao Perímetro.

Prosseguindo neste caminho de terra batida, na direção NO, chega-se à praia da Barriga; na direção SO, circula-se no interior do Perímetro e pode aceder-se à praia da Cordoama, onde termina este prédio.

Ao continuar por estrada asfaltada, por pouco mais de 900 m, torna a poder ser possível entrar no Perímetro: núcleo central, ou A-de-Marinho. Existe um estradão de terra batida que dá acesso a um miradouro, sinalizado.

Outra possibilidade de aceder ao prédio A-de-Marinho, a partir da povoação de Vila do Bispo, é seguir a Estrada Municipal 1255 por cerca de 2 Km, ao chegar a um entroncamento, seguir em frente em direção à praia do Castelejo ou em alternativa, virar à esquerda para a Casa do Guarda-florestal.

Para aceder à Torre de Aspa, partindo da Casa do Guarda-florestal: deslocar-se cerca de 1690 metros, por caminho de terra batida, em direção a Oeste; chegando ao entroncamento, tomar a direção da direita e percorrer mais cerca de 660 metros até à entrada do Perímetro. Continuando na direção Norte acede-se ao antigo Posto da Guarda-fiscal, sendo este um local de admiração de paisagem.

No Mapa 3 do Anexo Cartográfico, identificam-se os acessos anteriormente descritos ao PF.

2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

2.1. RELEVO E ALTIMETRIA

O PF Vila do Bispo estende-se por cerca de sete quilómetros de costa, entre formações dunares e arribas marítimas. Para o interior, observam-se sucessões de planaltos cortados por vales mais ou menos encaixados, originando grande variabilidade na paisagem.

A distribuição das classes hipsométricas, declives e exposições, é apresentada nos Mapas 4, 5 e 6 do Anexo Cartográfico, possibilitando uma primeira perceção do terreno; e a sistematização desses dados refletidos nas tabelas 1,2 e 3:

HIPSOMETRIA

Classe	Área (ha)	% do total
< 25 m	47,0	6,8
25 - 50 m	69,4	10,1
50 - 75 m	110,9	16,1
75 - 100 m	142,4	20,7
100 - 125 m	217,6	31,7
125 - 150 m	99,1	14,4
> 150 m	0,8	0,1

Tabela 1 - Classes hipsométricas

A cota mínima é a cota 0 (zero) e situa-se ao longo da costa. A cota máxima é atingida no prédio da Torre de Aspa e corresponde a 158 m de altitude.

EXPOSIÇÃO

Exposição	Área (ha)	% do total
<i>Plano</i>	5,4	0,8
<i>Norte</i>	85,1	12,4
<i>Nordeste</i>	75,4	11,0
<i>Este</i>	28,3	4,1
<i>Sudeste</i>	30,6	4,5
<i>Sul</i>	73,5	10,7
<i>Sudoeste</i>	150,3	21,9
<i>Oeste</i>	139,2	20,3
<i>Noroeste</i>	99,4	14,5

Tabela 2 - Exposições

Atendendo à localização do PF Vila do Bispo, as exposições predominantes são as pertencentes aos quadrantes SO/O; a seguir posicionam-se as exposições aos quadrantes NO/N/NE.

DECLIVE

Classe	Área (ha)	% do total
<i>0 - 5 %</i>	78,56	11,4
<i>5 - 15 %</i>	157,31	22,9
<i>15 - 25 %</i>	103,43	15,1
<i>25 - 35 %</i>	124,00	18,0
<i>35 - 45 %</i>	99,63	14,5
<i>45 - 60 %</i>	67,50	9,8
<i>> 60 %</i>	56,81	8,3

Tabela 3 - Classes de declive

Dos três prédios, o da Torre de Aspa, é o que possui relevo menos acentuado. Em cerca de 32% da área, a inclinação do terreno é superior a 35%, o que condiciona bastante as intervenções silvícolas.

REDE HIDROGRÁFICA

Relativamente à hidrografia, o Perímetro Florestal de Vila do Bispo, situa-se na Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve. Todas as linhas de água que o atravessam ou que de alguma forma limitam a área têm carácter temporário; as que possuem designação na Carta Militar de Portugal são, de Norte para Sul: Barranco da Barriga, Barranco do Garcia, Barranco do Candeeiro e Barranco do A-de-Marinho.

De acordo com a classificação de Strahler (1957) predominam as linhas de água de 1ª e 2ª ordem. Apenas pequenas extensões dos barrancos acima identificados, atingem a 3ª ordem; e a cerca de 400 m da foz do barranco da Barriga, atinge a 4ª ordem, conforme se pretende ilustrar no Mapa 7 do Anexo Cartográfico.

2.2. CLIMA

De acordo com a classificação de climática de Köppen-Geiger, grande parte da região do Algarve possui um clima do tipo *Csa*: temperado com verão quente e seco e com a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C. Os invernos são caracterizados por temperaturas amenas, devido às correntes marítimas quentes. No verão a precipitação é quase nula.

Nas áreas costeiras, onde se enquadra o PF Vila do Bispo, o clima é do tipo *Csb*, temperado, mas com verões são mais frescos devido às correntes frias do oceano.

Na caracterização do clima aqui apresentada utilizaram-se os valores das Normais Climatológicas do período entre 1961 - 1990, do Instituto de Meteorologia, para a estação meteorológica de Vila do Bispo, situada nas coordenadas geográficas 37°05'N e 8°53'W a uma altitude de 115m. A humidade do ar, humidade relativa às 9 T.M.G. obtida no período de 1931-1960, situou-se entre 80 e 85%.

Estação Climatológica	T	Tf	Tq	M	m	M*	P
Vila do Bispo (1961-1990)	16.2	12.2	20.7	15.1	9.3	25.0	560

Tabela 4 - Localização geográfica, período de funcionamento e Normais Climatológicas, para as principais variáveis climáticas que influenciam a distribuição das espécies florestais, da estação meteorológica de Vila do Bispo (Fonte: IM).

Legenda: T – Temperatura média anual (°C); Tf – Temperatura média mensal do mês mais frio (°C); Tq - Temperatura média mensal do mês mais quente (°C); M - Temperatura média das máximas do mês mais frio (°C); M* - Temperatura média das máximas do mês mais quente (°C); m - Temperatura média das mínimas do mês mais frio (°C); P – Precipitação média anual total (mm).

Fazendo uma breve caracterização climática, escolheram-se as estações meteorológicas e hidrométricas identificadas na tabela 5

Nome	Latitude (°N)	Longitude (°W)	Altitude (m)	Distância à Casa do Guarda-Florestal (m)
Portimão	37°8'	08°34'	102	34300
Sagres (Quartel da Marinha)	37°0'	08°56'	25	8400
Aljezur (Serominheiro)	37°21'24,9''	08°46'19,5''	91	27850

Tabela 5 – Estações meteorológicas.

2.3. SOLOS

No PF Vila do Bispo predominam os solos esqueléticos de xistos e grauvaques. Estes solos são delgados, muito pedregosos, de baixa capacidade de retenção de água. No que concerne à capacidade de uso, estão inseridos nas Classes D e E, pois possuem limitações severas a muito severas, riscos de erosão elevados a muito elevados, não são susceptíveis de utilização agrícola (salvo situações casos muito especiais) servindo apenas para vegetação natural ou floresta de proteção ou de recuperação. A distribuição dos diferentes tipos de solos existentes na exploração florestal esquematiza-se no Mapa 8 do Anexo Cartográfico e sintetiza-se no quadro seguinte.

Quadro 5 – Distribuição dos diferentes tipos de solos na exploração florestal

Código	Descrição	Percentagem ocupada (%)
Px	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Não Calcários, Normais, de xistos e grauvaques	69,2
Pagx	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados – Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Não Calcários, Para-Solos Hidromórficos, de	15,5

	xistos ou grauvaques associados a rochas detríticas arenáceas.	
Arx	Afloramento Rochoso de xistos ou grauvaques	11,4
Vx	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais de xistos e grauvaques	1,3
Pz	Solos Podzolizados – Podzóis, Não Hidromórficos, Com Surraipa, com A2 bem desenvolvido, de areias ou arenitos	0,3
Vac(d)	Solos Calcários, Vermelhos dos Climas de Regime Xérico, Normais de rochas detríticas argiláceas calcárias (de textura franco-argilosa a argilosa) (fase delgada)	0,3
Vac	Solos Calcários, Vermelhos dos Climas de Regime Xérico, Normais de rochas detríticas argiláceas calcárias (de textura franco-argilosa a argilosa)	0,1
ASoc	Área social	1,9

2.4. FAUNA, FLORA E HABITATS

2.4.1. FAUNA

O PF da Vila do Bispo, dada a sua localização geográfica, fisiografia e tipo de cobertura florestal, alberga um vasto leque de espécies da fauna, cinegéticas e outras com estatuto de proteção e conservação. No quadro 6, (anexo III), indicam-se as espécies de fauna cuja presença no Perímetro, foi corroborada por vários colegas durante visitas. Em Anexo, apresenta-se a listagem de espécies constante do Plano de Ordenamento do PNSACV, onde se insere a nossa unidade de gestão em estudo.

2.4.2. FLORA

Em Maio de 2009, foi desenvolvido um trabalho de campo no âmbito de um protocolo celebrado entre a Ex-Autoridade Nacional Florestal (Ex-direcção Regional de Florestas do Algarve e a Universidade de Évora, com o objetivo fundamental de aprofundar o conhecimento da flora e vegetação das matas e perímetros do Algarve. No relatório do trabalho, foi apresentado um elenco florístico que compreende um total de 147 *taxa*, distribuídos por 54 famílias botânicas, e que se apresenta em Anexo II.

De acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, existe a seguinte flora classificada:

Bellevalia hackelli

Biscutella vicentina

Diploaxis vicentina

Cistus palhinhae

Linaria algarviana

2.4.3. HABITATS

Os locais e as condições ambientais, onde o estabelecimento de populações de organismos é viável, são designados, *habitat*. Uma vez mais, devido à localização do PF e condições fisiográficas, existe uma grande diversidade de espécies. Esta biodiversidade não deve ser encarada como algo estático, mas como estando em evolução. É nosso dever torná-la sustentável, pois dela depende a sobrevivência da espécie humana. Tendo a premissa de fomentar a biodiversidade, através da conservação de habitats naturais, bem como da fauna e da flora selvagem, foi criada uma rede ecológica de áreas especiais protegidas, denominada “Natura 2000”.

De seguida elencam-se os códigos e respetivas descrições dos habitats identificados para a área em estudo, de acordo com a cartografia do POPNSACV.

Quadro 6 – Códigos dos habitats identificados para o PF Vila do Bispo

Código	Descrição
2110	Dunas móveis embrionárias
2120	Dunas móveis do cordão dunar com <i>Ammophila arenaria</i> (“dunas brancas”)
2130	Dunas fixas com vegetação herbácea (“dunas cinzentas”)
2150	Dunas fixas descalcificadas atlânticas

2190	Depressões húmidas intradunares
2230	Dunas com prados de <i>Malcomietalia</i>
2250	Dunas litorais com <i>Juniperus spp</i>
2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavanduletalia</i>
2330	Dunas interiores com prados abertos <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>
1240	Arribas com vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium spp.</i> endémicas
8310	Grutas não exploradas pelo turismo
8330	Grutas marinhas submersas ou semi-submersas
5140	Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas
5230	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoshoenion</i> (juncais)
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino

A tabela seguinte, sintetiza a ocorrência de *habitats* naturais e seminaturais, no PF Vila do Bispo e no Anexo Cartográfico, localizam-se estes *habitats*. Em algumas áreas foram identificados vários *habitats*, pelo que em vez de um código, surgem associações de códigos.

Código(s)	Localização
6420, 6430	TA
5140*, 5230	TA
5140*	BB, TA
2260	BB
2150*	BB, TA
2150*, 2260	BB
2130*, 2150*, 2230(p), 2250*, 2260, 2330(p)	BB
2130*, 2150*, 2190, 2230(p), 2250*, 2260, 2330(p)	AM
2110, 2120	BB, AM
1240, 8310, 8330	TA

**Tabela 6 – Ocorrência de *habitats* naturais e seminaturais no PF Vila do Bispo
(Anexo B-I da Diretiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio)**

2.5. PRAGAS, DOENÇAS E INFESTANTES

2.5.1. PRAGAS E DOENÇAS

As pragas florestais fazem parte do ciclo de vida das árvores e do ecossistema florestal, no entanto, carecem de monitorização e de intervenção sempre que os níveis de ataque possam causar desequilíbrios significativos.

Os povoamentos de resinosas existentes no PF sofrem anualmente o ataque de insetos, que se alimentam das agulhas (Processionária), dos gomos, rebentos e raminhos (Torcedoura), de cones e sementes (Gorgulho) e ainda do floema (Hilésina e Bóstricos). O nível de ataque dos insetos é variável de ano para ano e está relacionado com desequilíbrios no ecossistema. Anos de seca sucessivos, estado de degradação do solo, a má instalação dos povoamentos e a falta de intervenção após um fogo ou a falta de gestão ativa contra incêndios, são os fatores que mais contribuem para que o nível de ataque seja mais danoso.

O quadro seguinte identifica as principais pragas diagnosticadas para o PF.

Quadro 7 – Pragas visíveis nos pinhais

Inseto	Diagnóstico	Período de ataque	Medida de proteção
Processionária <i>Thaumetopoea pityocampa</i> Schiff. Ordem: <i>Lepidoptera</i> ; Família <i>Thaumetopoeidae</i>	Desfoliação dos ramos terminais; Enfraquecimento e morte das árvores; Presença de ninhos.	Fins de Julho a Fevereiro/Março do ano seguinte	Luta biológica: Fomento de predadores naturais (Pica-pau, morcego, corvo, formigas, etc); <i>Bacillus thuringiensis</i> ; Colocação de armadilhas com feromonas. Medidas culturais: Corte e queima dos ramos com ninhos.
Hilésina do	Nódulos de resina	Fevereiro/Março a	Luta biológica:

pinheiro <i>Tomicus piniperda</i> (L.) Ordem: <i>Coleoptera</i> ; Família <i>Scolytidae</i>	no tronco e/ou base de ramos grossos; Galerias larvares longitudinais; Raminhos perfurados caídos; Descoloração das agulhas; Rarefação da copa; Deslocamento da casca.	Setembro/Outubro	Fomento do Pica-pau. Medidas culturais: Retirar ou destruir as árvores e toros tombados ou caídos, afogueados; Prevenção contra incêndios
Torcedoura <i>Rhyacionia</i> <i>buoliana</i> Schiff. Ordem: <i>Lepidoptera</i> ; Família <i>Tortricidae</i>	Deformação de ramos; Posturas nos gomos terminais	Primavera	Luta biológica: Instalação de ninhos para aves insetívoras (fomento destas aves); Armadilhas com feromonas sexuais para atrair os machos. Medidas culturais: Corte e queima do material lenhoso atacado.
Gorgulho das pinhas <i>Pissodes</i> <i>validirostris</i> Gyll. Ordem: <i>Coleoptera</i> ;	Pinhas com exsudação de resina; Pinhas caídas no fim do verão com coloração	No 2º ano de desenvolvimento da pinha, a meio da fase de crescimento; posturas de Maio a	Luta biológica: Instalação de ninhos para aves insetívoras (fomento destas aves); Medidas culturais:

Família <i>Curculionidae</i>	castanho-escuro. No interior podem observar-se, o eixo da pinha e pinhões atacados; Orifícios de emergência de 2,4 a 3,5mm Ø.	fins de Julho (máximo teor de água nas pinhas)	Colheita anual das pinhas (mesmo nos anos de baixas produções, para evitar a formação de reservatórios); Não abandono de pinhas atacadas.
Bóstrico grande <i>Ips sexdentatus</i> (Boern.) Ordem: <i>Coleoptera</i>; Família <i>Scolytidae</i>	Serrim alaranjado no tronco e fendas da casca; Galerias tipo estrelado sob a casca; Copa rarefeita; Casca destacável.	Março/Abril a Setembro/Outubro	Medidas culturais: Retirar as árvores partidas, tombadas, com a casca queimada ou afogada; Retirada do material lenhoso cortado; Prevenção contra incêndios
Bóstrico pequeno <i>Orthomicus erosus</i> (Wollaston) Ordem: <i>Coleoptera</i>; Família <i>Scolytidae</i>	Nódulos de resina, róseos ou brancos, ou serrim amarelado ou alaranjado; Sistemas de galerias debaixo da casca (com 2 ou 3 ramos longitudinais)	Abril/Setembro	Medidas culturais: Retirar ou destruir as árvores e toros tombados ou caídos, afoguesados; Prevenção contra incêndios

**Foto 1- Ataque de processionária em
Pinus radiata jovem**



**Foto 2- Ramo deformado pela
Torcedoura**



**Foto 3- Destruição do eixo da pinha
e de pinhões, associados ao Gorgulho
da pinha**



**Foto 4- Orifícios de emergência do
Gorgulho da pinha**



2.5.2. INFESTANTES

Na bibliografia sobre invasões biológicas surgem conceitos como infestante, invasora, adventícia, cuja definição é por vezes ambígua e subjetiva. De um modo geral, estes termos referem-se a plantas indesejáveis e prejudiciais, pois crescem de um modo agressivo, dispersam-se facilmente, desalojando outras plantas do ecossistema. A propagação de uma planta infestante contribui para a perda de biodiversidade e degradação do meio ecológico, indo interferir negativamente com as atividades ou aspirações humanas. Estas plantas podem, ser autóctones ou introduzidas.

O estatuto de “invasora” não é um atributo intrínseco da espécie, uma vez que a mesma espécie pode ser considerada como invasora numa determinada região do mundo e noutra contribuir significativamente para a produtividade do sector florestal.

As plantações de espécies invasoras, em Portugal estão condicionadas pelo Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro (DR n.º 295/99, I-A Série).

As acácias foram introduzidas em Portugal, em particular no século XX, com fins ornamentais, para a fixação de solos, produção de taninos e para a produção de lenho, sendo a *A. melanoxylon* de todas a mais interessante sob o ponto de vista da qualidade do lenho.

No PF da Vila do Bispo existe um grave problema relativamente a espécies invasoras lenhosas exóticas, do género *Acácia* sp. Julga-se que apenas terá sido introduzida com fins de proteção

contra o efeito dos ventos, no prédio Torre de Aspa. Atualmente está presente nos três talhões.

Em especial, após a ocorrência de fogos florestais em áreas de povoamento, a acácia tem vindo a colonizar clareiras e zonas mais sensíveis como as linhas de água e a bordadura de caminhos.

A Silva, *Rubus ulmifolius* Schott é também uma espécie que infesta especialmente zonas mais frescas e húmidas, como por exemplo aquedutos e linhas de água. Aparece ainda numa antiga zona de uso agrícola, em Barranco do Bispo e junto à pequena área de merendas de A-de-Marinho.

A Cana, *Arundo donax* L. invade especialmente zonas mais húmidas e degradadas como linhas de água e margens das pequenas charcas.

2.6. INCÊNDIOS FLORESTAIS, CHEIAS E OUTROS RISCOS NATURAIS

2.6.1. INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os primeiros registos de ocorrências de incêndios florestais datam de 1993. Este incêndio terá tido origem numa lixeira da Câmara Municipal atualmente extinta, próxima do limite NE de A-de-Marinho. Consumiu cerca de 360 ha, dos quais cerca de 123 ha dentro dos limites do PF. Afetou povoamentos de pinheiro manso adultos com aproximadamente 34 anos de idade.

Mais tarde, no Verão de 2003, novamente com origem exterior ao PF teve origem outro incêndio em áreas de pinhal e de eucaliptal com cerca de 38 anos de idade, no prédio Barranco do Bispo. A área total deste fogo florestal foi avaliada em 132 ha, dos quais, 100 ha no PF.

No Mapa 8 do Anexo Cartográfico estão representadas as áreas ardidas com referência aos incêndios florestais de 1993 (A-de-Marinho) e 2003 (Barranco do Bispo).

2.6.2. CHEIAS E OUTROS RISCOS NATURAIS

Não existem registos da ocorrência de cheias, no entanto, o regime hidrológico é torrencial com caudais nulos ou muito reduzidos durante uma parte do ano, correspondente ao período de estiagem. No Inverno, porém, registam-se dias de ocorrência de grande pluviosidade.

A ocorrência de incêndios, que destroem o coberto vegetal aliado ao regime de chuvas torrenciais, causam graves problemas de erosão, nomeadamente, as ravinas em zonas de declives acentuados e as derrocadas dos caminhos.

Foto 5 Erosão por causas naturais



3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

3.1. RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Entende-se por restrição de utilidade pública, toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu pleno direito de propriedade, sem precisar de obter uma autorização administrativa, decorrente da lei. As aplicáveis ao PF de Vila do Bispo encontram-se definidas no Quadro 8.

Quadro 8 - Restrições de Utilidade Pública aplicáveis no PF Vila do Bispo

Restrição	Enquadramento legal	Área/ Extensão	% Área
Regime Florestal Parcial	Decreto n.º 40048, de 25 de Janeiro de 1955	698,2 ha	100,0
REN	D.L. n.º 166/2008 de 22 Agosto e Portaria n.º 1356/2008 de 28 Novembro	531,2 ha	76,0
Área Protegida PNSACV	D.R n.º 26/95, de 21 Setembro	698,2 ha	100,0

SIC “Costa Sudoeste”	RCM nº 142/97, de 28 Agosto	698,2 ha	100,0
ZPE “Costa Sudoeste”	D.L. nº 384-B/99, de 22 Julho	698,2 ha	100,0
Proteção radiofaróis VOR/DME	D.L. n.º 46/91 de 9 de Julho	327,5 ha	46,9
Caminhos municipais – CM 1255	Lei n.º 2110 de 10 Agosto 1961	1,2 Km	
Domínio Público Hídrico	Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro	-	
Áreas percorridas pelos incêndios	D.L. n.º 55/2007 de 12 de Dezembro	100 ha	14,3

Regime Florestal Parcial

Por Regime Florestal entende-se o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo. (*parte IV, artigo 25.º, do Decreto de 24 de Dezembro de 1901*).

Nos artigos 26º e 27º do citado Decreto, é definido o Regime Florestal, que pode ser Total, quando os terrenos pertencem ao Estado, ou Parcial quando os terrenos são baldios, pertencem a autarquias ou a particulares. No Regime Florestal Parcial, a gestão das áreas é feita pelo Estado e prevê que sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor.

O PF Vila do Bispo foi submetido ao Regime Florestal Parcial em 1955 (Decreto n.º 40048, de 25 de Janeiro de 1955) sendo a posse dos terrenos da Câmara Municipal de Vila do Bispo. A gestão esteve sempre afeta à Administração Central que ao longo dos tempos tem sob tutela a floresta portuguesa.

REN- Reserva Ecológica Nacional

A REN estabelece um conjunto de condicionantes em especial aos recursos naturais, água e solo, componentes essenciais ao suporte da vida, que importam salvaguardar na gestão sustentável do território. Integra áreas que são objeto de proteção especial, quer pelo seu valor e sensibilidade ecológicos, quer pela exposição e suscetibilidade aos riscos naturais: áreas de proteção do litoral; áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e áreas de prevenção de riscos naturais.

A quase totalidade do PF VB está inserida em REN, com as tipologias apresentadas no quadro seguinte. Apenas as zonas mais planas de cada prédio, não fazem parte da REN.

A generalidade das operações florestais estão sujeitas à obrigatoriedade de comunicação prévia à CCDR Algarve, sendo permitidas as consideradas compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental, prevenção e redução de riscos naturais.

Quadro 9 - Áreas e tipologias da REN

Áreas integradas na REN	Tipologia
Áreas de prevenção dos riscos naturais	Áreas com risco de erosão
Áreas de proteção do litoral	Praias, Dunas Litorais e Arribas Costeiras; Faixa ao longo de toda a Costa Marítima, Ilhas, Ilhéus e Rochedos Emersos do Mar
Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre	Cabeceiras das Linhas de Água; Áreas de Máxima Infiltração

Área Protegida – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Esta Área Protegida foi criada a fim de preservar a sua grande diversidade de habitats costeiros, vários endemismos da flora e a fauna, em especial a avifauna e ictiofauna. O D.L. n.º 241/88, de 7 de Junho, criou a Área de Paisagem Protegida e estatuto legal, de forma a preservar os valores naturais existentes e disciplinar a ocupação do espaço. O Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de Setembro, cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina com uma área marinha adjacente. O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, foi aprovado e publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de Dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/99 de

15 de Junho. O Decreto Regulamentar n.º 11-B/2011 de 4 de Fevereiro procede à revisão do POPNSACV e aprova o respetivo regulamento.

A gestão prevista neste PGF está de acordo com as diretivas do regulamento do POPNSACV, uma vez que o perímetro está totalmente inserido no Parque.

Rede Natura 2000 - SIC “Costa Sudoeste” e ZPE “Costa Sudoeste”

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats). Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza e preservação da biodiversidade na União Europeia. Tem como objetivo assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa.

A Rede Natura engloba as Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats; e as Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo de "contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais considerados ameaçados no espaço da União Europeia".

A totalidade do PF Vila do Bispo integra o Sítio de Importância Comunitária Costa Sudoeste (PTCON0012) e a Zona de Proteção Especial Costa Sudoeste (PTZPE0015). O Sítio foi classificado pela sua elevada qualidade paisagística e ecológica e grande importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies. A ZPE foi criada para garantir a proteção das populações selvagens das várias espécies de aves no seu território da União Europeia.

Nestas áreas, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação dos valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

Domínio Público Hídrico

O Domínio Público Hídrico no PF Vila do Bispo abrange as margens das águas costeiras, bem como as linhas de água designadas por: barranco da Barriga e tributário, barranco do Candeeiro, barranco A-de-Marinho e os dois barrancos mais importantes, no prédio Torre de Aspa.

Proteção de radiofaróis VOR/DME

Nas imediações do prédio Torre de Aspa, existe um radiofarol do tipo VOR/DME situado nas coordenadas retangulares: M= -72318,6 e P=-286580,6 referidas ao ponto central (Melriça) O Decreto n.º 46/91 de 9 de Julho, cria a servidão aeronáutica deste radiofarol, definindo uma zona primária que inclui terrenos a menos de 300m do radiofarol e uma zona secundária, confinante com esta e constituída pelos terrenos situados a menos de 2000 m do radiofarol.

Na zona primária e secundária, por via desta servidão, carecem de autorização do Instituto Nacional de Aviação Civil, atividades ou trabalhos que possam afetar a segurança e eficiência, designadamente plantações de árvores e arbustos, bem como o desenvolvimento de vegetação com altura superior a 1,5m do solo.

Cerca de 327ha do PF Vila do Bispo encontram-se abrangidos pela zona secundária desta servidão, mais precisamente a totalidade do prédio Torre de Aspa e a quase totalidade do prédio A-de-Marinho, exceção feita para a zona do miradouro sobre a praia do Castelejo. O citado diploma dispensa o licenciamento de atividades ou trabalhos, desde que os obstáculos originados (entenda-se, árvores ou arbustos) não ultrapassem uma altura de 1,5m contados a partir da cota 147m.

Áreas percorridas por incêndios

O PF Vila do Bispo encontra-se abrangido por esta restrição até ao ano de 2013, em virtude da ocorrência do incêndio que atingiu cerca de 100 ha do prédio Barranco do Bispo, no ano 2003, contudo não se prevê qualquer alteração no uso do solo.

3.2. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL

Os Instrumentos de Planeamento Florestal são figuras de planeamento que detêm as estratégias para o espaço florestal.

Estratégia Florestal Nacional – EFN

A Estratégia Nacional para as Florestas foi aprovada pela RCM nº 114/2006, de 17 de Agosto. Constitui o documento de reflexão do sector florestal que contém referências e orientações

para os planos sectoriais de nível regional e para os instrumentos de planeamento regional. Concretiza-se em medidas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Regional (QREN) e do PNDNR e em planos e programas especiais, como os da Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) ou o da Luta contra o Nemátodo do Pinheiro.

As linhas estratégicas para a floresta nacional definidas pela ENF são:

- 1) Minimização dos riscos de incêndio e agentes bióticos;
- 2) Especialização do território;
- 3) Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;
- 4) Redução dos riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;
- 5) Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;
- 6) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve – PROT Algarve

A RCM n.º 126/2001 de 14 de Agosto determinou a revisão do PROT Algarve aprovado em 1991. O PROT Algarve define o modelo territorial, normas orientadoras e opções estratégicas fundamentais para as intervenções políticas setoriais que incidem no ordenamento do território regional.

Uma das opções estratégicas definidas é a *Sustentabilidade Ambiental* que traduz preocupações de proteção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve – PROF Algarve

O PROF Algarve foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2006 de 20 de Outubro, com vista à valorização, proteção e gestão sustentável dos espaços florestais da região algarvia, com as seguintes premissas:

- Avaliação das potencialidades dos espaços florestais;
- Conjunto das espécies a privilegiar nas ações arborização e de reconversão;
- Identificação dos modelos gerais de silvicultura;
- Definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural e

- Normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada de recursos a aplicar nestes espaços.

O PF Vila do Bispo está inserido na sub-região homogénea Costa Vicentina (SRH), onde se privilegia a implementação e incrementação das funções de conservação dos *habitats*, de espécies de fauna e da flora e de geosítios, de desenvolvimento da silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de proteção.

Os objetivos específicos que visam a concretização destas funções são:

- a) Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos *habitats*, da fauna e da flora;
- b) Favorecer e expandir os habitats com elevado valor ecológico e de suporte à fauna e flora protegida, em especial os habitats de suporte à Águia de Bonelli;
- c) Desenvolver a atividade silvo pastoril;
- d) Ordenar a atividade cinegética, enquadrando-a com os objetivos de conservação nos espaços florestais;
- e) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- f) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de proteção da rede hidrográfica, microclimática e contra a erosão eólica;
- g) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- h) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais;
- i) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de atividades de recreio, de forma equilibrada e em consonância com os objetivos de conservação da sub-região;
- j) Controlar o declínio dos sobreirais;
- l) Reconverter os povoamentos de eucalipto, instalados em zonas marginais, em povoamentos com espécies mais adaptadas.

As espécies de árvores florestais a incentivar e privilegiar nesta SRH, são o pinheiro manso, pinheiro bravo, sobreiro, cipreste comum e do Buçaco e o medronheiro. Com exceção do

pinheiro manso, todas as espécies apresentam restrições de utilização nas proximidades do mar, embora não sejam indicados valores de referência. São também privilegiadas as seguintes espécies: alfarrobeira; amieiro; carvalho cerquinho; casuarina; choupos; folhado; freixos; *Juniperus* spp.; salgueiros; samouco e zambujeiro.

De acordo com a Lei de Bases da Política Florestal, refletida no PROF Algarve, todas as explorações florestais públicas estão obrigadas à elaboração de um PGF; para a sua elaboração, neste Perímetro Florestal, foi atribuído um grau de prioridade alto. Os objetivos específicos para este espaço, são em primeiro lugar a proteção, seguida do recreio, enquadramento e estética da paisagem e por fim, a conservação de habitats, espécies da fauna e da flora e de geosítios.

Para este Perímetro Florestal embora se deva respeitar a hierarquia funcional estabelecida para a sub-região homogénea, o Decreto Regulamentar n.º 17/2006, no seu artigo 31º, atribui a seguinte hierarquia funcional:

1ª Proteção

Justificada pelo considerável estado de degradação dos solos, já de si suscetíveis à erosão, pretendendo a inversão dos fenómenos erosivos (potencial risco de erosão do solo devido à erosão eólica e risco de erosão nas vertentes), que levam à desertificação. É importante salientar que qualquer outra função depende da recuperação do recurso – solo.

2ª Recreio, enquadramento e estética da paisagem

Pode considera-se o PF Vila do Bispo como um marco paisagístico na região. Beneficia de uma localização privilegiada na Costa Vicentina. Este PF oferece condições únicas para que se desenvolva uma vertente de uso social e de recreio, enquadrada pela oferta de Ecoturismo. A função social da floresta é notória pela utilização no Verão das praias e do parque de merendas. Esta função deve ser valorizada e rentabilizada.

3ª Conservação de *habitats*, espécies da fauna e da flora e de geosítios

O PF Vila do Bispo está totalmente abrangido por zonas de elevado valor para a conservação de habitats e espécies da fauna e flora. É parte integrante da Área Protegida (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina). Pertence ao sítio da Lista Nacional de Sítios e Zona de Proteção Especial Costa Sudoeste - Zona Importante para as Aves. São indicados Concheiros nas praias do Castelejo, Cordoama e Barriga, e ainda um canhão na praia do Castelejo.

Por outro lado, a presença de espécies vegetais invasoras (*Acacia pycnantha* e *Acacia dealbata*), é um fator limitante que pode perigar a continuidade e expansão desta função, pelo elevado consumo de recursos e meios.

3.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ENTRE SINES E BURG AU – POOC

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau - POOC, foi aprovado pela RCM n.º 152/98 de 30 de Dezembro. Tem a natureza de regulamento administrativo e por ele devem orientar-se os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, assim como os projetos e programas a realizar na sua área de intervenção.

O POOC estabelece as condições de ocupação, uso e transformação dos solos e visa os objetivos a seguir indicados:

- a) Ordenar os diferentes usos e atividades específicos da orla costeira;
- b) Classificar as praias e regulamentar o uso balnear;
- c) Valorizar e qualificar as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- d) Orientar o desenvolvimento de atividades específicas da orla costeira;
- e) Defender e conservar a natureza.

Nas áreas do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina abrangidas pelo POOC, aplicam-se as regras constantes do plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que não contrariem o disposto no POOC.

PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA – POPNSACV

A RCM n.º 11-B/2011 de 4 de Fevereiro procedeu à sua revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

De entre os objetivos gerais deste POPNSACV salientam-se os seguintes:

- Aperfeiçoar a correta estratégia de conservação e gestão dos valores naturais, paisagísticos e culturais existentes na área protegida;

- Corresponder aos imperativos de conservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens protegidas, e a conservação, a gestão e o controlo das espécies de aves protegidas e respetivos *habitats*, não consagrados aquando da aprovação inicial do POPNSACV;
- Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, compatível com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade, com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações;
- Determinar os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas e definir as prioridades de intervenção.

O PF Vila do Bispo está totalmente inserido na Área terrestre do PNSACV. Nesta área, são completamente interditos determinados atos e atividades, outros necessitam de parecer prévio e outros ainda de autorização. No quadro seguinte salientam-se alguns dos usos e atividades, mais diretamente relacionados com a gestão do PF Vila do Bispo:

Quadro 10 – Usos e atividades condicionados

Usos e Atividades	Atos
Introdução de espécies da flora e fauna não indígenas, nomeadamente as espécies invasoras	Interdito
Instalação de novas áreas florestais com espécies de crescimento rápido.	Interdito
Abertura, beneficiação ou alteração de acessos viários quando impliquem alteração do perfil transversal	Parecer
Limpeza, desobstrução e regularização de linhas de água e das suas margens, exceto em situações de emergência	Parecer
Operações florestais, com exceção das previstas em PGF e, quando o ICNF, I. P., tenha emitido parecer favorável	Parecer
Realização de queimadas, fogos controlados ou outros fogos, exceto nas áreas com infraestruturas destinadas para o efeito	Parecer

Atividades de turismo de natureza não previstas em carta de desporto de natureza	Parecer
Limpeza de matos, o corte de sebes de compartimentação e de galerias ripícolas nas áreas de proteção parcial, com exceção das previstas em PGF e, quando o ICNF, I. P., tenha emitido parecer favorável	Autorização

A área terrestre do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina integra áreas prioritárias para a conservação da natureza e da biodiversidade sujeitas a diferentes níveis de proteção. O nível de proteção de cada área foi estabelecido de acordo com a importância dos valores biofísicos e respetiva sensibilidade ecológica.

Para além dos regimes de proteção estabelecidos, foram definidas Áreas de Intervenção Específica Terrestre (AIE), identificadas como áreas com características especiais que requerem ações específicas.

A Planta de Síntese do POPNSACV identifica para o PF Vila do Bispo, as seguintes áreas de proteção e de intervenção específica:

Quadro 11 – Áreas de proteção e áreas de intervenção específica identificadas para o PF Vila do Bispo pelo POPNSACV

Tipologia	Localização
Área de proteção parcial do tipo I	Faixa costeira ao longo de todo o PF incluindo arribas, dunas primárias e secundárias; plataformas litorais sobrelevadas; lagoa temporária (Torre de Aspa)
Área de proteção parcial do tipo II	Faixa mais interior. Abrange a maior parte da área do PF
Área de proteção Complementar do tipo I	Limite Sudeste do prédio Torre de Aspa,

	delimitado pelo acesso a Sagres
Área de Proteção Complementar do tipo II	Área residual situada no limite Norte do prédio Barranco do Bispo (acesso ao Mareadouro da Escada)
AIE a.09 – Conservação da natureza e da biodiversidade – Sagres (Vila do Bispo)	Totalidade do PF Vila do Bispo (integra a Reserva Biogenética da Ponta de Sagres)
AIE b.XVII – Conservação e valorização do património geológico (Geosítios)	Carso, Duna consolidada e Falha - Castelejo (A-de-Marinho)

A área de intervenção específica de Sagres (Vila do Bispo), AIE a.09, tem como objetivos prioritários:

- Salvar a biodiversidade, em particular da avifauna e dos matos endémicos;
- Compatibilizar a gestão florestal com a conservação dos valores naturais;
- Ordenar a rede de caminhos existentes;
- Criar um percurso interpretativo;
- Vedar o acesso a veículos motorizados em alguns locais particularmente vulneráveis e
- Promover ações de sensibilização ambiental.

De acordo com o artigo 32º do POPNSACV, deve ser objeto da elaboração de um programa integrado de intervenção pelo ICNF I.P., envolvendo o município de Vila do Bispo, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e os respetivos proprietários.

As áreas de intervenção específica para a conservação e valorização do património geológico AIE b. XVII, abrangem os geosítios, ou locais de valor geológico muito elevado, tendo como objetivo a realização de ações de conservação, valorização e divulgação. Com expressão cartográfica, na planta de síntese do POPNSACV, está assinalado próximo da praia do Castelejo, o Carso, Duna consolidada e Falha do Castelejo (Anexo II do POPNSACV).

No património arqueológico (Anexo I – Bens Culturais Imóveis - com expressão cartográfica na carta de património arquitetónico e arqueológico anexa aos estudos de caracterização) são indicados Concheiros nas praias do Castelejo, Cordoama e Barriga, e ainda um canhão na praia do Castelejo.

Todas as ações a realizar nestas áreas de intervenção específica, vão ao encontro do disposto na RCM n.º 11-B/2011.

PDM VILA DO BISPO

De acordo com o PDM de Vila do Bispo, aprovado pelo Regulamento n.º 392/2008 - Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila do Bispo por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve e observada a Carta de Condicionantes; identificam-se as seguintes:

- REN;
- Servidões do Domínio Público Hídrico;
- Servidões da Rede Elétrica: Rádio Farol VOR/DME (zona primária e zona secundária);
- Reserva Biogenética de Sagres;

Estas condicionantes foram retratadas no ponto 3.1. Restrições de Utilidade Pública e 3.3 Instrumentos de Gestão Territorial (Reserva Biogenética da Ponta de Sagres).

De acordo com a Carta de Ordenamento, a informação é sintetizada no quadro seguinte:

Quadro 12 - Classes de espaços referidas no PDM da Vila do Bispo e sua localização.

Classes de Espaços			Localização
Espaços Canais e Outras Infraestruturas – Caminho Municipal 1265			A-de-Marinho
Espaços Não Urbanizáveis	Naturais	• Reserva Biogenética de Sagres	Torre de Aspa e A-de-Marinho
		• Praias	Castelejo, Cordoama e Barriga
		• Arribas	Zona costeira do PF Vila do Bispo
	Preferenciais	Florestais	A-de-Marinho, Barranco do Bispo e Torre de Aspa (limite Sudeste)
Outros Espaços Não Urbanizáveis – Vias de acesso ao litoral			Caminho principal em Barranco do Bispo; Caminho Municipal 1265 e Caminho periferia que passa pela Casa Guarda Florestal em direção à Torre de Aspa; acesso

		ao antigo Posto da Guarda Fiscal e acesso a Sagres (Torre de Aspa)
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	• Praias do Castelejo e Cordoama	Barranco do Bispo
	• Áreas com risco de incêndio	Linhas de água mais pronunciadas na Torre de Aspa

PMDFCI VILA DO BISPO

O PF Vila do Bispo encontra-se abrangido pelo Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios das Terras do Infante, o qual abrange os municípios de Vila do Bispo, Lagos e Aljezur. Os planos desta natureza incluem ações de prevenção, preveem e programam ações e intervenções, a executar pelas diferentes entidades envolvidas numa eventual ocorrência de incêndios; operacionalizando a nível municipal e local as normas contidas no DL nº 124/2006, de 28 de Junho no ponto 1 do Artigo 10.º, alterado pelo DL n.º 17/2009 de 14 de Janeiro.

De acordo com a metodologia de elaboração de cartografia de risco de incêndio definida pela Ex-Autoridade Florestal Nacional, foi elaborada um Mapa de Perigosidade, entendida como o resultado do cruzamento entre a probabilidade de ocorrência de fogo e a suscetibilidade do território para a ocorrência de um fenómeno danoso, e um Mapa de Risco de Incêndio, produto da perigosidade pelo dano potencial. O dano potencial resulta por sua vez do produto do valor económico pela vulnerabilidade.

O Risco corresponderá, assim, a um potencial de perda e a Perigosidade a um potencial de ocorrência do fenómeno danoso, existindo Risco sempre que exista Perigosidade, Vulnerabilidade e Valor associados.

De acordo com a análise do Mapa de Perigosidade, extraiu-se a seguinte tabela:

Perigosidade (Classe)	Área (ha)	Área (%)
Muito Baixa	16,75	2,40
Baixa	207,69	30,00
Média	197,94	28,60
Alta	270,88	39,00

Tabela 7 - Classes de perigosidade e sua representatividade na UGF

E de acordo com a análise do Mapa de Risco, extraiu-se a tabela seguinte:

Risco (Classe)	Área (ha)	Área (%)
Muito Baixo	169,06	24,40
Baixo	228,44	33,00
Médio	9,81	1,40
Alto	118,50	17,00
Muito Alto	167,44	24,20

Tabela 8 - Classes de risco e sua representatividade na UGF

As faixas de gestão de combustível da rede primária, da rede secundária (em torno das edificações, dos pontos de água e do parque de merendas) e mosaicos de parcelas de gestão de combustível (ao longo de faixas paralelas à rede viária florestal), encontram-se caracterizadas no ponto 4.1.3 Infraestruturas DFCL e cartografadas no Mapa 14 do Anexo Cartográfico.

3.4. OUTROS ÔNUS RELEVANTES PARAM A GESTÃO

Não existem, à data, contratos firmados ou protocolos estabelecidos, que constituam ônus para a gestão efetuada no PF Vila do Bispo.

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS

4.1. INFRAESTRUTURAS FLORESTAIS

4.1.1. REDE VIÁRIA FLORESTAL (RVF)

A rede viária cumpre várias funções na floresta. Torna viável a gestão florestal, a vigilância e proteção da floresta contra incêndios e possibilita o usufruto da paisagem pelos apreciadores dos espaços naturais.

Os caminhos florestais existentes são na sua maioria de terra batida. Permitem percorrer praticamente toda a área do Perímetro numa viatura ligeira, contudo, durante o período mais chuvoso, existem troços onde a circulação só pode ser efetuada por viaturas todo-o-terreno.

De acordo com a classificação do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, a rede viária encontra-se subdividida em três classes. As vias de 1ª e 2ª ordens, constituem a rede viária florestal fundamental.

Os troços de via de 1ª ordem situam-se no limite NO do prédio A-de-Marinho, nos acessos ao parque de merendas do Castelejo e ao Miradouro. Os acessos classificados na classe 2 obedecem aos requisitos das vias de 2ª ordem e correspondem aos troços de caminhos com maior procura. Permitem a travessia do prédio Barranco do Bispo e o acesso às praias da Cordoama e da Barriga. Existe um troço asfaltado no interior do prédio A-de-Marinho, que acede à praia do Castelejo. No prédio Torre de Aspa, apenas alguns troços de maior largura, entre os quais o acesso a Sagres, foram classificados dentro desta classe. Os restantes caminhos foram classificados como pertencentes à rede viária florestal complementar.

A densidade média da rede viária florestal é cerca de 44 m/ha.

A tabela seguinte resume a informação anterior.

Classe	Extensão (m)	% Total
1B	826,7	2,7
2	8925,9	29,1
3	20962,9	68,2

Tabela 9 - Rede viária florestal - Classes

4.1.2. ARMAZÉNS E OUTROS EDIFÍCIOS ASSOCIADOS À GESTÃO

No prédio Barranco do Bispo, junto à praia da Barriga, existe uma pequena casa com cerca de 36m² de área. A estrutura exterior encontra-se em estado razoável de conservação, com exceção das portas e janelas. O interior, além da pequena divisão que corresponde à cozinha, possui uma casa de banho e um quarto. Foi construída com objetivo de funcionar como apoio aos trabalhadores rurais que na década de 60 desenvolviam diversas atividades florestais no Perímetro; posteriormente, para funcionar como pequena casa de férias para os funcionários dos ex-Serviços Florestais, no entanto, nunca serviu qualquer um desses objetivos e mantém-se desocupada. É de conhecimento que alguns pescadores e mariscadores da zona, aí pernoitam.

**Foto 6- Casa da praia da Barriga
(Paulo Silva)**



No prédio A-de-Marinho, a cerca de 1,5 Km direção Oeste de Vila do Bispo, existe a área social mais importante do perímetro, onde se localiza a Casa do Guarda Florestal e anexos, abrangendo no seu conjunto, cerca de 2500m².

Esta casa esteve ocupada pelo Guarda-Florestal e sua família até 2006. Posteriormente, com a sua saída motivada por ter atingido o limite de idade, iniciou-se a degradação natural da mesma por falta de manutenção diária e foi acelerada pelo vandalismo desencadeado pela falta de vigilância, situação que se verificou noutras Matas e Perímetros.

Esta área social é composta pela casa com cerca de 157m² com fossa e logradouro, onde existe uma cisterna, três pocilgas, um galinheiro/pombal, “casinha do gerador” e quatro armazéns: “casinha do forno de lenha” com chaminé, dois palheiros, um deles com manjedoura e uma garagem, com porta de correr operacional, em metal. A casa possui sete divisões, entre as quais uma cozinha com lareira e uma casa de banho. A casa possui ainda uma outra divisão, autónoma que permite o acesso a um sótão amplo sobre toda a casa. Já não possui instalação elétrica.

Foto 7- Casa do Guarda Florestal



Finalmente, no prédio Torre de Aspa, foi feito o destaque de uma parcela de terreno para construção do Posto da Guarda Fiscal em 1980, mas até à data o processo não se encontra concluído nas Finanças. Corresponde ao artigo urbano, 929 e a sua área é cerca de 170m². Esta casa possui cinco divisões: uma sala de entrada ampla; uma cozinha; três quartos e uma casa de banho. Nos anos 2000 foi recuperada e dotada de mobiliário para funcionar como laboratório de apoio a um projeto de recuperação da população de água pesqueira.

Foto 8- Casa da Ex-Guarda Fiscal (Paulo Silva)



Todos os edifícios existentes no PF Vila do Bispo encontram-se em estado degradado e necessitam de obras de reparação.

Atualmente não existem quaisquer edifícios associados à gestão, no entanto, a recuperação destes espaços é essencial para que a gestão permita explorar as valências turismo de natureza e educação ambiental.

4.1.3. INFRAESTRUTURAS DFCI

Na sequência dos grandes incêndios florestais de 2003, surgiram as Comissões Regionais de Reflorestação (CRR), com a missão de recuperar as áreas ardidas.

Ao nível do planeamento das intervenções nos espaços florestais, definiram-se as linhas orientadoras para a defesa da floresta contra incêndios onde foram estabelecidas:

- Rede primária de corta-fogos;
- Malha adequada de caminhos;
- Rede de pontos de água;
- Sistema eficaz de vigilância dos espaços florestais;
- Zonas de proteção dos aglomerados populacionais;
- Sinalização de infraestruturas e de acessibilidades aos espaços florestais.

Com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, foram definidas as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios. Uma das alterações incorporadas na legislação mais recente foi a obrigatoriedade de elaboração, pela comissão municipal, de um Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) com a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, estabelecidas em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo PROF.

O Plano Intermunicipal da Terras do Infante integra o PMDFCI da Vila do Bispo, o qual define o conjunto de infraestruturas com o objetivo de dotar o concelho de eficácia na prevenção e controlo de incêndios florestais.

As infraestruturas definidas pelo PMDFCI para o PF Vila do Bispo encontram-se na tabela seguinte e cartografadas no Mapa 14 do Anexo Cartográfico:

Classe	Local	Área (ha)	Total (%)	PF (%)
01 - Edificações integradas em espaços florestais	A-de-Marinho	1,49	0,9	0,213
03 - Parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	A-de-Marinho	4,52	2,8	0,648
08 - Redes primárias de faixas de gestão de combustível	A-de-Marinho	10,51	6,6	1,505
010 - Linhas de transporte e distribuição de energia em média tensão	A-de-Marinho	0,03	0,0	0,004
011 - Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	A-de-Marinho Barranco Bispo e Torre de Aspa	141,42	88,7	20,255
012 - Pontos de água	Barranco do Bispo	1,41	0,9	0,203

Tabela 10 - Faixas de Gestão de Combustível - Tipo de FGC

A manutenção das faixas de gestão de combustíveis, será abordada nos Programas Operacionais (ponto 9.4 e 9.5).

4.1.4. INFRAESTRUTURAS DE APOIO À GESTÃO CINEGÉTICA

Não existem, no PF da Vila do Bispo, quaisquer infraestruturas de apoio à atividade cinegética.

4.1.5. INFRAESTRUTURAS DE APOIO À SILVO PASTORÍCIA

Não existem, no PF da Vila do Bispo, quaisquer infraestruturas de apoio à silvopastorícia.

4.1.6. INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO RECREIO E TURISMO

Parque de Merendas do Castelejo

No PF da Vila do Bispo existe o parque de merendas do Castelejo, dotado de um grelhador, 8 mesas e respetivos bancos em madeira, papeleiras, caixotes do lixo e pequeno parque infantil. Este parque é muito procurado durante todo o ano, em especial para celebrar as tradições regionais, como por exemplo as “maias”, o partir do foliar na segunda-feira de Páscoa e o dia da espiga, entre outras. É ainda muito frequentado por estrangeiros. Durante a primavera e verão, a procura é tão intensa que é frequente não existir espaço nem equipamentos disponíveis.

Foto 9- Parque de merendas do Castelejo



Miradouros

Existem dois miradouros com sinalização indicativa, um no prédio Torre de Aspa e outro em A-de-Marinho, de elevado valor cénico.

Trilho Ambiental do Castelejo

Os amantes da natureza podem ainda percorrer e contemplar a paisagem, a fauna e flora característica, por cerca de 2,7 Km de percurso, classificado como trilho ambiental do Castelejo. Este trilho dispõe de painéis com informação sobre a fauna e flora locais e paragens estratégicas (áreas de descanso), uma das quais junto a uma pequena lagoa, onde existem magníficos exemplares de *Cupressus macrocarpa*.

Foto 10 - Trilho ambiental do Castelejo, área da lagoa



Foto 11- Trilho ambiental do Castelejo, área de descanso (Paulo Silva)



Rota Vicentina

A rota vicentina é uma grande rota pedestre no SW alentejano e algarvio totalizando 340 Km entre Santiago do Cacém e Cabo São Vicente. Tem um pequeno troço coincidente com o limite Sul do prédio A-de-Marinho saindo em direção a Sagres, passando pelo prédio Torre d'Aspa.

No Mapa X do Anexo Cartográfico, estão assinaladas as infraestruturas de apoio ao recreio e turismo.

Como foi anteriormente referido, a recuperação das edificações vê-se como essencial para explorar as valências turismo de natureza e educação ambiental.

4.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA PROPRIEDADE

4.2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA GESTÃO

A arborização de terrenos constituía uma contribuição para a melhoria climática e consequentemente económica daquelas populações.

Assim, em 30 de Dezembro de 1954, foi submetido à apreciação do Senhor Ministro da Economia, um primeiro projeto de arborização para plantação e sementeira de 638 ha no Perímetro. Este projeto foi orçamentado em 929 mil escudos, cerca de 4 633 euros. A sementeira de penisco foi a principal ação prevista, para 522 ha. Na restante área, distribuídas em manchas de solo mais abrigadas e melhores, seriam utilizadas plantas de casuarina, tamargueira, *Eucalyptus gomphocephala* e de *Cupressus macrocarpa*, plantadas ao compasso de 2X2m, em covas de 50X50X50 cm. Em projeto estava ainda a construção de duas casas de guarda, uma em A-de-Marinho e outra em Barranco do Bispo, a construção de caminhos e uma linha telefónica entre as duas casas e a rede geral, para possibilitar que os trabalhos se realizassem com mais eficácia, e o futuro policiamento e combate contra incêndios.

Devido a dificuldades surgidas na execução do projeto, em Dezembro de 1963, foi submetido, ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, um orçamento suplementar no valor de 2 milhões e 345 mil escudos (11 697 euros). Na base desta proposta de alteração estiveram: a dificuldade de operar naqueles solos; a necessidade de utilização de maquinaria para armação do solo; a construção de aceiros; a previsão de operações de condução dos povoamentos instalados e o aumento dos salários da região. Nesta proposta de alteração, já tinham sido arborizados cerca de 101 ha no prédio A-de-Marinho, dos 522 ha previstos. Pouco se sabe exatamente sobre a execução deste projeto.

Anos mais tarde, em 1989, no âmbito do PAF (Plano de Ação Florestal), a Direção Geral das Florestas/Circunscrição Florestal de Évora/Administração Florestal de Portimão, submete um novo projeto. Neste, é prevista a rearborização de 92 ha com *Pinus pinea* com densidade média de 1125 árvores por hectare e a constituição de 10 ha de cortinas de abrigo no prédio Torre de Aspa (perpendiculares a outras já existentes) com *Acacia longifolia*, instaladas ao compasso médio de 2X2m. Previu também a beneficiação de 410,7 ha de pinheiros (dando a entender que na arborização inicial não teriam apenas utilizado o pinheiro bravo) e de 3 ha de eucaliptos. Foi ainda programada a construção de duas pequenas barragens.

Com o incêndio de 1993, com origem na lixeira da CM de Vila do Bispo, parte do povoamento de pinheiro manso do prédio A-de-Marinho e uma pequena área do prédio Barranco do Bispo, foram danificadas.

Em 1997, a gestão florestal do PF Vila do Bispo até então a cargo do Instituto Florestal, em virtude da integração dos serviços regionais na Direção Regional de Agricultura (DRAP), a gestão passa a pertencer à Direção de Serviços das Florestas da DRAP Algarve, (Despacho 7176/97 da 2ª Série de 22/8).

Em 2000 foi executado um projeto PDF, contemplando essencialmente a rearborização das áreas ardidas em 1993 (cerca de 53 ha) e a beneficiação de 66 ha de pinhal, beneficiação de infraestruturas, construção de uma pequena charca, instalação de campos de alimentação para a fauna silvestre e pela primeira vez fez-se uma aposta na utilização pública da floresta pela sociedade, instalando dois painéis de sinalização e oito mesas de merendas.

Por se considerar que o PF Vila do Bispo desempenhava também as funções, recreativa, educativa e de lazer, ainda em 2000, no âmbito de um protocolo estabelecido entre a ex-DRA Algarve, o ex-ICN e a Junta de Freguesia de Vila do Bispo, foi instalada a área de merendas do Castelejo, com parque infantil. Esta infraestrutura contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável, para a valorização dos sítios e comodidade das populações, e ao mesmo tempo, serve para regular as atividades de lazer; aumentar a segurança e higiene públicas, em especial no que respeita ao risco de incêndio e recolha de lixo. Mantem-se em funcionamento até à atualidade, essencialmente pela Junta de Freguesia de Vila do Bispo, no que concerne à vigilância e recolha de lixo e manutenção dos equipamentos. Pontualmente, com o intuito de aumentar a área de sombra e biodiversidade, instalaram-se (mas com pouco sucesso) árvores e arbustos.

Nos anos de 2007 e 2008, foram realizados trabalhos de silvicultura preventiva, no âmbito de um projeto AGRIS. Deu-se continuidade a esses trabalhos com a atuação dos Sapadores Florestais, até à atualidade.

4.2.2. FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

A função de produção está normalmente associada à produção de lenho. No PF de Vila a produção de lenho não constitui um dos objetivos, dadas as condições adversas, que apenas possibilitam a obtenção de crescimentos médios anuais muito abaixo do explorável do ponto

de vista económico. Desde a instalação dos povoamentos, os mesmos nunca foram sujeitos a cortes de realização. Aliás, o objetivo primordial desta arborização, segundo os documentos da época, foi a proteção dos terrenos contra os ventos dominantes, carregados de salsugem, de forma a possibilitar a produção agrícola a jusante.

Outras produções associadas à floresta e que podem representar algum valor económico são o pinhão e o mel.

A área de pinhal manso, é vasta e embora já tendo atingido a idade de plena produção, os principais condicionantes à sua colheita são a orografia do terreno e a densidade elevada do pinhal. A falta de arejamento e a dificuldade de penetração da luz, nas copas, originam produções inferiores às de um povoamento conduzido com o objetivo de produzir pinha. As primeiras produções de pinha foram vendidas a peso, estimando-se que cada 4 a 5 pinhas perfazia um quilo. Seguiram-se anos de desinteresse por esta atividade, aparentemente, devido à existência no mercado nacional, de grandes quantidades de pinhão de fraca qualidade oriundo do continente asiático. Em outubro de 2011, a pinha foi vendida na árvore, a apanhadores/comerciantes com prévia autorização emitida pelo ICNF, I.P., após o concurso público n.º 1/2011-AFN-DRFALG - Alienação de pinha de Pinheiro manso.

A apicultura tem sido explorada por apicultores locais/regionais autorizados por este Instituto, sob compromisso de respeitarem regras gerais de permanência no espaço e o cumprimento das boas práticas apícolas, definidas no ponto 9.3.

4.2.3. FUNÇÃO DE PROTEÇÃO

Esta é a função principal do Perímetro, assim definida pelo PROF Algarve. Efetivamente a floresta nele existente, protege o solo dos principais agentes de erosão (chuva e vento), pela quebra do impacto da chuva no solo, favorecendo a infiltração e quebra da velocidade dos ventos dominante do quadrante noroeste. À medida que se avança da zona de bordadura oeste, para o limite este dos povoamentos, é notório a diminuição do efeito nefasto do vento, quer na forma do fuste, dimensão da copa, tamanho das agulhas das árvores e crescimentos em altura. Encontramos “povoamentos ananizados” junto à costa e ainda em zonas de planalto cuja cota é mais elevada na estrema este; e povoamentos “normais” nas zonas abrigadas (pelos “povoamentos ananizados”).

Os “povoamentos ananizados” são mais um valor cénico do Perímetro.

4.2.4. FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO

Esta função está afeta em particular às áreas com *habitats* naturais e seminaturais e aos valores, definidos pelas Diretivas *Habitats* e Aves. O conjunto de *habitats* naturais e seminaturais, de espécies de fauna e flora com estatuto de conservação, foram identificados no ponto 2.4. A gestão preconizada neste PGF zelará pelo fomento desses *habitats*, fomentando a conservação das espécies de flora e fauna associadas e será pormenorizada no programa de gestão da biodiversidade.

Ressalva-se que a presença destes *habitats* naturais e seminaturais ocorre numa grande percentagem da área da UGF e daí decorre a grande importância desta função.

4.2.5. FUNÇÃO DE SILVO PASTORÍCIA, CAÇA E PESCA

A caça está interdita pelo POPNSACV. A pesca de águas interiores é inexistente. A silvo pastorícia, não se pratica dentro da UGF; com alguma regularidade presenciamos a passagem e pastoreio de gado vacum na UGF.

4.2.6. FUNÇÃO DE ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO E RECREIO

A função de Recreio, enquadramento paisagístico e recreio é a função codominante nesta sub-região, devendo os espaços florestais existentes contribuir para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos. Engloba como subfunções principais o enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, de empreendimentos turísticos em espaço rural e de turismo de natureza, de usos especiais e de infraestruturas, o recreio e a conservação de paisagens notáveis.

O PF caracteriza-se por ser uma área de relevo relativamente agreste de ocupação essencialmente florestal.

Tem uma boa rede de caminhos florestais em terra, e igualmente uma boa rede de aceiros e uma excelente vista sobre a costa sudoeste.

Este PF tem um passado histórico digno de destaque, que é importante que seja devidamente identificado e valorizado, enquanto património natural concelhio e nacional.

Tem ótimas condições para atividades como: centro de interpretação de aves; sensibilização ambiental; atividades físicas relacionadas com passeios pedestres, corrida e manutenção; eventualmente prática de parapente; entre outras.

O espaço do PF da Vila do Bispo tem enormes potencialidades para recreio/lazer e enquadramento paisagístico, mas precisa essencialmente de um “Regulamento de Uso e Fruição” que contemple e concilie as diferentes atividades e iniciativas.

5. AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Os critérios caracterizam ou definem elementos essenciais ou conjuntos de condições e processos pelos quais a gestão florestal sustentável pode ser avaliada.

O sentido da alteração dentro de cada critério é mostrado pela medição periódica de indicadores, os quais são apenas um “guião” que deve ser tido em conta ao definir os objetivos e condicionantes de cada caso a que se faça a sua aplicação.

Os seis critérios acordados pelos países Europeus na III Conferência Ministerial para a Proteção das Florestas na Europa (MADRP (Ed.) 1998) são:

1. Manutenção e aumento apropriado dos recursos florestais e o seu contributo para os ciclos globais do carbono;
2. Manutenção da saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais;
3. Manutenção e fomento das funções produtivas das florestas (lenhosas e não lenhosas);
4. Manutenção, conservação e fomento apropriado da diversidade biológica nos ecossistemas florestais;
5. Manutenção e fomento apropriado das funções protetoras na gestão das florestas (principalmente solo e água);
6. Manutenção de outras funções e condições socioeconómicas.

Os critérios de sustentabilidade definem um conjunto de “valores” que, pela sua abrangência, não colocam grandes problemas de aplicabilidade. As dificuldades surgem na definição dos indicadores. Desde logo consideramos que os indicadores vão ser utilizados para a futura certificação duma gestão florestal sustentável e válidos para uma escala regional.

Os indicadores definidos para o PF da Vila do Bispo, são os seguintes:

- **Armazenamento de carbono** – uma das principais funções relacionadas com os ecossistemas florestais é a capacidade de imobilizar carbono, e de por isso serem sumidouros deste elemento;

- **Perigo de incêndio** – A interação entre a estrutura do povoamento e a combustibilidade, determina a severidade do incêndio. Os incêndios, nos últimos tempos, têm condicionado o desenvolvimento do coberto florestal ao longo do tempo, potenciado pelo abandono a que tem sido votada a floresta nas últimas décadas; pela mudança de costumes das populações rurais, bem como por uma silvicultura pouco ajustada, que fizeram com que os incêndios tivessem tomado proporções alarmantes nos últimos anos. Para se poder ter uma noção da sua extensão efetuou-se uma análise de perigo de incêndio, refletida na carta de risco, em anexo.____O cumprimento das intervenções descritas nos modelos de silvicultura e silvicultura mínima, minimizará o risco.
- **Densidade de rede viária e divisional** - Um aspeto relevante para o ordenamento florestal é a acessibilidade aos espaços florestais. A rede viária e divisional é determinante no combate aos incêndios florestais, no escoamento dos produtos da floresta, e na oferta do recreio e lazer às populações. Ela constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais.

Tipos de via	Densidade (m/ha)	Largura média (m)
Rede Viária	40	3
Rede Divisional	15,9	10

Tabela 11 - Densidade da rede viária e divisional – caminhos e aceiros

A densidade que se verifica, está de acordo com os valores estabelecidos pela Norma Portuguesa para o nosso país, que estabelece os 40m/ha.

A rede viária é a necessária, uma vez que se distribui homogeneamente por toda a área e está ajustada às funções de defesa da floresta contra incêndios.

O valor de densidade de rede viária permitiu optar pela manutenção de troços de caminhos em anos diferentes, como forma de racionalizar custos, considerando-os todos como rede viária fundamental.

A rede divisional tem como função principal, assegurar a compartimentação da floresta para efeitos de gestão, e assume importância elevada no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Secundariamente, têm como função a acessibilidade aos espaços florestais.

- **Comunidades de espécies vegetais naturais ou seminaturais relevantes**

A conservação de comunidades naturais ou seminaturais relevantes é importante não apenas como preservação das espécies vegetais que a compõem, mas também enquanto habitats de espécies da fauna, algumas das quais com estatuto de ameaça. O PF da Vila do Bispo, é parte integrante do PNSACV, RN2000, SIC e ZPE, tendo portanto, o estatuto especial de conservação, na totalidade da sua área. Os habitats existentes têm grande destaque na unidade de gestão. O reconhecimento da importância dos habitats neste ecossistema (valor e extensão) e alguma dificuldade em analisar estes valores naturais, obrigam a que a gestão da UGF seja cuidada e bem estruturada, podendo sempre ser melhorada.

- **Produção florestal** – A maior parte das florestas estão encaminhadas para a rentabilização de um determinado produto, sendo este orientado em função do seu objetivo. Não existem produtos florestais com importância económica que justifique a análise deste indicador.

- **Outras produções** - A floresta produz uma enorme quantidade de bens e serviços, embora estes nem sempre possuam um mercado devidamente identificado. Podem obter-se produções residuais de pinha e de medronho, e produções anuais de mel com algum retorno financeiro para os apicultores autorizados a explorar este produto dentro da área do PF. Existem ainda outras atividades que originam produções alternativas como sejam, o recreio e paisagem.

- **Apicultura**

A atividade apícola pratica-se desde tempos imemoriais. A flora apícola existente no PF da Vila do Bispo é caracterizada pela diversidade florística que proporciona às abelhas uma grande variedade floral, conferindo-lhe características específicas que possibilitam a sua tipificação em função da origem ou tipo floral, a qual poderá estar na base de uma futura valorização comercial por possuir características organoléticas únicas.

- **Recreio e Paisagem**

No PF da Vila do Bispo são praticadas diversas atividades de recreio: passeios de BTT (bicicleta todo o terreno); surf; parapente; passeios pedestres e a cavalo; “geocaching”, entre outras. Salienta-se a existência de um pequeno parque de

merendas na UGF e único nas imediações, o qual assume importância enquanto posto de convergência de visitantes, proporcionando um espaço agradável para merendas e descanso. Existem ainda pontos de descanso, ao longo do trilho ambiental no prédio A-de-Marinho.

Apesar da importância inquestionável destas atividades, não existem ainda formas de quantificar com maior rigor a sua expressão na UGF. No entanto, pode ser possível obter uma melhor caracterização do tipo de atividades de lazer aí praticadas e da sua intensidade e, possibilitar o enquadramento de novas atividades.

- **Investimento florestal** - As características do investimento florestal tornam-no, muitas vezes desinteressante, face a usos alternativos do capital. Contudo, o mínimo de investimento é fundamental para que a conservação da natureza e a produção florestal de qualidade e quantidade não se reduza. A otimização dos momentos de intervenção na floresta permite, não só maximizar os efeitos das operações florestais, como minimizar o seu custo (NP 4406).

Constitui objetivo de gestão, obter valores de custos associados às atividades que venham a ocorrer na UGF, podendo estes variar de ano para ano. Com a análise desses custos será possível efetuar um rácio de custo/benefício. A avaliação deste indicador permitirá concluir se o registo dos investimentos e custos, permitem a sua individualização, por exemplo, se uma atividade é contabilizada individualmente, ou se fará parte de um conjunto de atividades. A avaliação deste indicador, será um processo a realizar na UGF, de forma gradual.

- **Receitas** – A diversificação das fontes de receita consegue-se obter através do uso múltiplo da floresta, rentabilizando financeiramente os espaços florestais.

Não têm sido obtidas receitas. O registo organizado das receitas obtidas permitirá a utilização deste indicador. As receitas até agora obtidas têm sido muito baixas, constituindo por isso uma fragilidade. Urge a implementação de procedimentos facilitadores de parcerias que realizem investimento e que se efetue o devido acompanhamento e registo.

6. REVISÃO E MONITORIZAÇÃO

O plano pode ser revisto sempre que ocorram factos relevantes que o justifiquem.

O plano prevê a monitorização anual da saúde e vitalidade das florestas, especialmente os fatores, bióticos e abióticos, que afetam potencialmente a saúde e a vitalidade dos ecossistemas florestais, tais como pragas, doenças, fogo e danos causados por fatores climáticos, poluentes aéreos ou por operações de gestão florestal.

O plano baseia-se e respeita integralmente a legislação aplicável e tem um período de vigência até 2026.

B – MODELO DE EXPLORAÇÃO

7. CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DA EXPLORAÇÃO

7.1. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS

7.1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Perímetro Florestal de Vila do Bispo é parte integrante do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). Numa área muito adversa para o crescimento vegetal, o PF Vila do Bispo encerra uma vasta área de povoamentos florestais de folhosas e resinosas.

A espécie florestal predominante é o pinheiro manso. Surge em povoamento puro e mistos com pinheiro bravo e pinheiro de alepo. Surgem ainda povoamentos de eucalipto globulus, de fraco estado vegetativo e de pinheiro radiata. Diversas espécies de acácias expandiram-se após o incêndio de 2003 e têm invadido espaços florestais anteriormente ocupados por pinheiro e eucalipto.

Está dotado de três zonas urbanas, situada uma em cada prédio rústico. A mais importante está localizada no prédio Mata Florestal, correspondendo à Casa do Guarda Florestal e anexos e abrange no seu conjunto, cerca de 2500m².

No prédio Mata Nacional, existe uma pequena construção com 36m² de área, que designamos Casa da Praia da Barriga.

No prédio Torre de Aspa, existe uma casa que funcionou como Posto da Guarda-fiscal. Posteriormente, funcionou como centro de recuperação da população de águia pesqueira. Em 1980, iniciou-se um processo de desanexação da parcela de terreno afeta à construção da casa, logradouro e cisterna, cujo processo ainda não se encontra concluído conforme informação existente nas finanças. Esta parcela corresponde ao artigo urbano, 929.

No prédio A-de-Marinho existe o trilho ambiental do Castelejo e duas áreas de merendas. A mais importante está equipada com grelhador, mesas com bancos de madeira, papeleiras e equipamento infantil.

Existe uma vasta rede de caminhos florestais em terra batida, que permitem o acesso através do PF à zona costeira, onde existem as praias, pesqueiros e locais de observação da costa. No prédio A-de-Marinho, existe um miradouro infraestruturado (com proteções em madeira)

sobre a praia do Castelejo. O seu acesso faz-se através de um estradão que deriva da EM1265, no sentido da costa. A área afeta aos caminhos florestais é de 19,7ha.

O PF possui também aceiros ou estradões que compartimentam o espaço florestal, ocupando cerca de 10,8 ha.

Existem ainda 5 (cinco) pequenas barragens; três no prédio Barranco do Bispo e duas no A-de-Marinho. Na Torre de Aspa, existem duas lagoas temporárias, a Lagoa do Arrojadouro e a do Sequiadouro.

A distribuição dos principais usos do solo, no PF Vila do Bispo, apresenta-se na tabela seguinte.

<i>Grandes classes</i>	ha	%
<i>Florestal</i>	382,5	54,9
<i>Incultos</i>	207,2	29,7
<i>Improdutivos</i>	73,2	10,5
<i>Águas interiores</i>	1,7	0,3
<i>Área social</i>	1,5	0,2
<i>Rede divisional</i>	10,8	1,6
<i>Rede viária</i>	19,7	2,8
<i>Total</i>	696.6	100

Tabela 12 – Usos do solo

7.1.2. COMPARTIMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE

Como foi referido anteriormente, o PF Vila do Bispo é constituído por três prédios rústicos distintos e não contíguos; por este motivo, considera-se que cada prédio constitui um talhão. Assim, o Talhão I corresponde ao prédio Barranco do Bispo; o Talhão II, ao prédio A-de-Marinho e ao prédio Torre de Aspa, está associado o Talhão III. Existe

A hierarquia de funções atribuídas pelo PROF Algarve é em primeiro lugar a proteção, seguida do recreio, enquadramento e estética da paisagem e em terceiro lugar a conservação de habitats de fauna e da flora e de geosítios, por este facto foi atribuída a mesma secção para toda a exploração.

Considerando que a função de proteção (contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas), tem associada as sub-funções principais: proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão eólica e contra a erosão hídrica e cheias e proteção microclimática e ambiental; ao nível da unidade de gestão,

procurar-se-á atribuir a cada parcela uma função mais específica, atendendo à sua ocupação/localização.

Talhão	Secção	Parcela	Área (ha)	Área (%)
I	1	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 16	348,406	50,01
II	1	1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 12 e 13	132,737	19,05
III	1	1, 2, 12, 14 e 15	215,507	30,94

Tabela 13 – Compartimentação da propriedade

7.1.3. DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS PARCELAS

O critério que norteou a delimitação das parcelas foi a ocupação cultural dominante. Desta forma, no interior de cada talhão, foram identificadas as diferentes parcelas, de acordo com a ocupação dominante, bem como as funções atribuídas. O quadro seguinte sintetiza esta informação.

Quadro 13 – Parcelas e sua ocupação

Parcela	Ocupação dominante	Funções atribuídas	Área (ha)	Área (%)
1	Vegetação natural e Improdutivos	pts; re; cs	281,18	
2	Povoamentos arbustivos mistos	pte; cs	187,03	
I. 3	Pinheiro manso	pts; re; cs	77,26	
II.3		re; pts; cs; pd		
4	Povoamentos mistos de resinosas	pts; re; cs	40,06	
5	Povoamento misto de eucalipto com resinosas	pts; re; cs	16,73	
I. 6	Eucalipto	pts; pd	13,54	
II. 6		pte; cs; cpt		
7	Acácia (puro ou misto)	pts	14,02	
8	Eucalipto com acácia	pts; pd	11,85	
9	Pinheiro radiata	pts; re; cs	9,52	
10	Medronheiro	pts; re; cs; pd	2,68	

11	Pinheiro do alepo	pte	0,86	
12	Infraestruturas florestais	dfci; re	30,83	
13	Áreas sociais	re	1,39	
14	Apiários	pd	0,18	
15	Lagoas temporárias	cs	1,42	
16	Incultos	pts	9,85	

Legenda: pte - proteção eólica; pts - proteção do solo e rede hidrográfica; re - recreio e lazer; cs - conservação; dfci - defesa da floresta contra incêndios; cpt - compartimentação; pd – produção.

7.1.4. COMPONENTE FLORESTAL

Caracterização das espécies florestais, povoamentos e habitats

Ao nível das espécies florestais presentes, o PF apresenta uma taxa de povoamentos adultos elevada, existindo mosaicos de resinosas e de algumas folhosas. A instalação dos povoamentos mais antigos, iniciou-se em 1957 e esses povoamentos têm atualmente, 55 anos.

Pelas características dos vários povoamentos e valor cénico, ecológico, ambiental e social intrínseco, podemos afirmar que o PF Vila do Bispo constitui uma unidade de paisagem única no litoral Oeste do Algarve.

Pinus pinea

A espécie dominante e mais representativa da unidade de gestão é o pinheiro manso, que surge em especial em povoamentos puros, mas também está presente na composição de quase todos os restantes povoamentos. Existe em povoamentos jovens (instalados em 1998) e povoamentos adultos, cuja primeira instalação data de 1963. Nas zonas mais abrigadas dos ventos dominantes provenientes dos quadrantes Norte e Noroeste, esta espécie apresenta bom estado fitossanitário e vegetativo. Nas zonas mais fustigadas pelos ventos marítimos, os desenvolvimentos são inferiores. Os povoamentos foram instalados a compassos apertados, por sementeira ou plantação. A densidade é elevada mesmo atendendo à principal função desempenhada por estes povoamentos, a proteção do solo e da rede hidrográfica. A produção de pinha existe por toda a área, no entanto, a elevada densidade dos povoamentos aliada à topografia do terreno e o furtivismo, em especial, junto aos melhores acessos, têm tornado a produção residual.

Os povoamentos mais expostos, sofrem ataques de processionária.

Pinus pinaster

Esta espécie aparece em consociação com outras resinosas, o pinheiro manso, o pinheiro radiata e o *halepensis*. Predomina no prédio Barranco do Bispo, existindo um pequeno núcleo no prédio A-de-Marinho. É uma espécie que está bem adaptada, exibindo porte elevado e produção de pinha em quantidade suficiente para a colonização de áreas de clareiras. Normalmente, surge em zonas com elevada densidade e apresenta muita regeneração natural.

Pinus radiata

O pinheiro radiata surge essencialmente em povoamentos puros nas classes de idade dos 14 e 45 anos.

O povoamento jovem foi instalado em 1998 ao compasso médio de 4mX2,5m em duas localizações no prédio A-de-Marinho. Embora nos primeiros anos após a instalação, com crescimentos razoáveis, atualmente sofrem de elevados níveis de ataque de *Thaumoteopea pythiocampa* (processionária) a qual tem causado enfraquecimento e alguma mortalidade nas jovens árvores.

O pinheiro adulto localiza-se no prédio Barranco do Bispo, constituindo áreas bastante aprazíveis e frescas devido à densidade elevada de arvoredos. Apresenta bom vigor e estado fitossanitário, e apesar de se registar a presença da processionária, não se registam ataques significativos.

Pinus halepensis

O Pinheiro do Alepo é uma espécie típica da bacia mediterrânica, muito tolerante a solos adversos. É reconhecida como espécie melhoradora de solos, particularmente quando está presente em densidades elevadas.

O pinheiro de alepo, a par do pinheiro manso, está difundido em todo o Perímetro. Existe principalmente consociado com outras espécies de resinosas, e apenas numa parcela pura, no prédio Barranco do Bispo. Apresenta crescimentos interessantes, tendo em conta as condições climatéricas e de solo, adversas.

Eucalyptus globulus

Esta espécie é dotada de grande plasticidade. Talvez por esta razão, tenha sido introduzida no PF, quer para criar descontinuidade às manchas de resinosas, quer para obtenção de algum rendimento, em especial junto às linhas de água. Nas proximidades das linhas de água tributárias do Barranco da Barriga, surgem os exemplares de maior porte. No entanto, esta área foi afetada pelo incêndio de 2003, e a não intervenção nos pós fogo, tem vindo a causar alguma degradação dessas áreas com a consequente invasão pela *Acacia sp.*

Eucalyptus rudis

Trata-se de uma espécie que se diferencia do eucalipto globulus essencialmente pela sua copa menos piramidal, mais ramificada e porte inferior.

É uma das espécies com mais antiguidade no Perímetro, não tendo havido plantações recentes. Surge, no prédio de A-de-Marinho, na orla e em faixas perpendiculares à linha de maior declive; e forma compartimentos de seção quadrada, na Torre de Aspa. Esta disposição foi escolhida com o objetivo de abrigar dos ventos dominantes, pinheiros, favorecendo o crescimento destes últimos. O mosaico originado é visualmente atrativo, em especial no Outono, devido à tonalidade avermelhada da folhagem, em contraste com o puro verde dos pinheiros.

Uma outra espécie de eucalipto, a *Eucalyptus gonfocephala*, ponteia estes povoamentos, ressaltando à vista as diferenças ao nível do ritidoma, fendilhado e de tonalidade castanha escuro, semelhante ao do freixo, para além das cápsulas mais longas e agrupadas num pé, em forma de cálice.

Acacias sp (pycnantha, longifolia, dealbata, melanoxylon, cyanophylla)

São espécies que produzem grande quantidade de semente e de grande longevidade, cuja germinação é estimulada pelo fogo. A *A. melanoxylon* e a *A. dealbata*, rebentam vigorosamente de raiz e de touça, após o corte. Estas características aliadas à alteração do balanço de nutrientes do solo, originado pela fixação de azoto (característica das leguminosas) afetam negativamente o desenvolvimento de outras espécies, causando perda de diversidade. Todas estas características facilitam a difusão destas espécies, aumentando o grau de invasão dos terrenos.

No Perímetro encontramos estas espécies em áreas mais erosionáveis e nas clareiras provenientes do incêndio de 1993 que afetou a área de pinheiro manso no A-de-Marinho e o eucalipto *globulus*, no prédio Barranco do Bispo. Em troços dos caminhos, a sua presença obriga a um controlo anual, de forma a possibilitar a circulação em segurança.

Juniperus turbinata

Existe no PF da Vila do Bispo na forma de arbusto. É perenifólio de matagais xerofílicos, dunas estabilizadas e arribas litorais. Quando dominante dá origem a zimbrais. Existe também em locais secos e soalheiros, em diversos tipos de substrato, arenoso, calcário ou xistoso.

Esta vegetação, além do seu valor intrínseco e por incluir muitos endemismos, tem um valor de conservação elevado; constitui o habitat de alimentação, refugio e reprodução da entomofauna, herptofauna e fauna vertebrada terrestre associada às dunas, sendo ainda determinante, para a manutenção da dinâmica geomorfológica dos sistemas dunares litorais ativos.

Arbutus unedo

O medronheiro é uma espécie arbustiva, que pode atingir os 12 m de altura, com casca fendilhada, folhas persistentes de um verde intenso e brilhante. O Fruto é uma baga escarlate a vermelho-escuro. O seu habitat são os matos, pinhais, sobreirais e orlas de bosques.

A Floração aparece entre de Outubro-Fevereiro. Distribui-se por quase todo o país.

É uma espécie largamente utilizada a nível alimentar, (fruto comestível antes da fermentação); indústria artesanal (fabrico de aguardente por fermentação do fruto e destilação); um produto medicinal (antisséptica, antinefrítica) e também como ornamental (jardinagem), dada a sua robustez e rusticidade.

Populus sp

É uma espécie de crescimento rápido, que atinge alturas de 16-27 m, característica das florestas boreais, mas que se encontra com frequência nas regiões mais temperadas. O habitat preferencial são as linhas de água, sendo por isso uma espécie ripícola.

A espécie propaga-se facilmente por rebentamento a partir das raízes, formando novas plantas a partir das raízes laterais, por vezes a 20-30 m do tronco, formando extensas colónias clonais. O *Populus alba*, hibridiza facilmente com a espécie próxima *Populus tremula*, produzindo um híbrido, conhecido por *choupo-cinzento* (*Populus × canescens*), com características morfológicas intermédias em relação às dos progenitores.

Esta espécie encontra-se em algumas linhas de água e junto da pequena lagoa do trilho ambiental

Povoamentos

Para além dos povoamentos puros de espécies anteriormente abordadas, existem povoamentos mistos.

Povoamentos mistos de resinosas

Estas formações florestais representam cerca de 36,7% da área do PF. São caracterizadas pela presença de uma associação entre o pinheiro manso e outra resinosa: o pinheiro bravo ou pinheiro do Alepo. São povoamentos muito interessantes do ponto de vista cénico, pela diversidade que conferem à paisagem, pois constituem áreas bastante densas e com bons exemplares arbóreos. A principal função destas áreas é a proteção do solo e o enquadramento paisagístico. Do ponto de vista sanitário apresentam-se sãos e com bom vigor. A densidade é elevada e pretende-se que assim permaneçam e que evoluam de forma natural, contudo, se for visível algum foco de perturbação (praga ou doença) deve intervir-se.

Povoamentos mistos de eucalipto com resinosas

Correspondem a áreas onde o eucalipto é a espécie dominante e surge associado ao pinheiro manso, bravo e *do Alepo*. Nestas consociações o eucalipto não exhibe as características fenotípicas da espécie, desempenhando funções essencialmente de proteção contra a agressividade dos ventos, favorecendo a espécie resinosa associada. A densidade destas formações varia entre média (áreas mais próximas da costa com baixas densidades) a alta (acima das 1500 árvores por hectare nas zonas mais interiores).

Povoamentos mistos de eucalipto com acácia

Estas áreas surgem de eucaliptais instalados no início da constituição do PF da Vila do Bispo, que foram sendo invadidas por acácia, após ocorrência de fogos florestais.

Nestas áreas, constitui objetivo de intervenção, proceder à regressão da acácia, preservar e recuperar a vegetação associada às linhas de água e a manutenção dos eucaliptos de grande porte à perpetuidade, que pelas suas características físicas, são potenciais abrigos para a avifauna.

Trata-se de áreas de declives muito acentuados, que condicionam fortemente as operações silvícolas.

Habitats

Os locais e as condições ambientais onde o estabelecimento de populações de organismos é viável, são os definidos no ponto 2.4.3. e que se discriminam a seguir, optando-se pela designação portuguesa do respetivo habitat.

6420 - Juncais não halófilos e não nitrófilos de elevado grau de cobertura. Encontram-se dispersos um pouco por todo o Portugal mediterrânico com exceção das áreas de montanha. A sua importância advém da regulação do ciclo da água e na retenção do solo. Têm um bom grau de conservação, ameaçados pela conversão em agricultura de regadio ou pastoreio excessivo.

6430 – Comunidades megafórbicas meso-higrófilas

Frequente em todo o país, embora a sua distribuição se faça por diferentes fitocenoses com áreas de ocupação muito variáveis. De importância pouco relevante, apresentam um grau de conservação variável, do bom ao medíocre.

5140* - Matos baixos litorais com *Cistus palhinhae*.

Os matos de *Cistus. Palhinhae* distribuem-se em falésias sobre ou próximas do mar, desde Vila Nova de Milfontes até Sagres. Trata-se de um habitat endémico de Portugal, do Sector Algarviense: Superdistritos Costeiro Vicentino e Promontório Vicentino.

Devido à pressão turística e urbanística sobre o litoral nas últimas décadas e principalmente nos últimos anos, este habitat tem sofrido reduções, provavelmente importantes, nas suas áreas de distribuição e integridade devido a obras como abertura ou alargamento de caminhos, taludes, deposição de detritos e poeiras; trânsito de veículos e pessoas, muitos deles encontram-se ameaçados de destruição ou alteração.

5230 - Matos altos de lauróides.

Habitat importante para a conservação, porque é o refúgio de um elevado número de relíquias lauróides paleo-sub-tropicais, testemunhas de épocas geológicas pretéritas durante as quais era dominante, na Península Ibérica, o macrobioclima tropical.

Habitat frequente no Sector Divisório Português e pontual no Sector Galaico-Português (Subsector Miniense).

No geral o seu estado de conservação é bom. Existem algumas ameaças, como sejam a expansão de empreendimentos agrícolas, silvícolas, rodoviários e urbanos; os incêndios e a invasão por exóticas.

2260 - Areias dunares com matos da *Stauracantho-Halimietalia commutati*

Com um grau de conservação variável, existem extensões importantes bem conservadas na bacia do rio Sado e na Costa Vicentina. No entanto, as áreas incluídas em povoamentos florestais de produção (pinhais) são sujeitas a desmatações que fazem perigar a persistência desta vegetação.

2150* - . Dunas fixas com tojais, tojais-urzais e tojais-estevais psamófilos.

O Estado de conservação é mediano a bom. Os bioindicadores de degradação são a abundância de *Corynephorus canescens* e presença de espécies exóticas.

2130* - Dunas cinzentas

Este habitat apresenta um grau de conservação em geral baixo a médio. Nas praias mais frequentadas, o pisoteio conduz à redução muito significativa da área ocupada. Nestes casos o grau de conservação é muito fraco.

No litoral meridional (Algarve) o estado de conservação é, em geral, muito baixo, sendo urgente o ordenamento do acesso às praias e dos respetivos parques de estacionamento.

2230(p) - Areias costeiras com prados anuais oligotróficos.

Frequente nas dunas secundárias e terciárias dos sistemas dunares de Portugal continental, cuja abundância diminui progressivamente para Norte.

O grau de conservação à escala nacional, é médio. Nas praias mais frequentadas, constata-se uma redução da área de ocupação, sendo o grau de conservação muito fraco. No Sul do País é onde estas comunidades se encontram geralmente em bom estado de conservação, embora a área disponível de habitat esteja em regressão como consequência da redução da largura dos cordões dunares.

2250* - Dunas e paleodunas com matagais de zimbro

Trata-se de habitat caracterizado por formações arbustivas dominadas ou co-dominadas por *Juniperus turbinata* subsp. *Turbinata* e/ou *J. navicularis*, próprias de substratos arenosos litorais ou sub-litorais, cujo valor intrínseco é elevado, pois inclui inúmeros endemismos e *taxa* com valor de conservação elevado. Constitui o habitat de alimentação, refúgio e reprodução da entomofauna, avifauna, herpetofauna e fauna vertebrada terrestre associada às dunas. É ainda determinante na manutenção da dinâmica geomorfológica dos sistemas dunares litorais ativos.

O grau de conservação na costa vicentina é bom, muito embora na costa sul do Algarve, existam muitas áreas cujas comunidades foram alteradas, devassadas e até extintas. Em termos globais, este é um habitat muito sensível à utilização humana do território.

2190 - Depressões húmidas intradunares

Com um baixo grau de conservação, este habitat foi substancialmente reduzido pela atividade agrícola; expansões urbanas no litoral; arborizações dunares; construção de rede viária e utilização massiva das praias, pelo que hoje é um dos habitats mais alterados e ameaçados pela ação humana em Portugal continental.

2110 - Dunas móveis embrionárias

Existe em geral em todo o litoral algarvio, verificando-se menor abundância ou até mesmo ausência, nas arribas muito tocadas pela ondulação marítima, que impede a formação de praias, o que se verifica em quase todo o Algarve ocidental e Alentejo litoral para sul de Sines.

Apresenta um grau de conservação muito variável, sendo bom nas áreas onde se verifica menor pressão antrópica.

2120 - Dunas brancas.

Assim designadas por causa dos extensos areais não cobertos por vegetação, também são designadas por dunas vivas, instáveis ou primárias, devido à não estabilização das partículas arenosas.

Em geral o seu grau de conservação é médio a baixo.

1240 - Arribas litorais com vegetação mediterrânica com *Limonium* e *Armeria* sp.pl. endémicos.

Apresentam um grau de conservação em geral bom, muito por causa do difícil acesso.

8310 – Grutas e algares não perturbados pelo turismo

Apresentam um grau de conservação que vai desde o muito bom ao mau.

Estes habitats têm a sua importância essencial, no fornecimento de água e para refúgio de biodiversidade (reliquias vegetais paleoclimáticas).

Este habitat na área do PF da Vila do Bispo, não está presente.

8330 - Grutas marinhas submersas ou parcialmente submersas.

Grau de conservação desconhecido, a gestão florestal não interfere com a gestão deste habitat.

7.1.4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS POVOAMENTOS (DESCRIÇÃO PARCELAR – DP)

A parcela, como a unidade mais pequena da gestão, foi estabelecida com base na ocupação dominantes lá existente e cujos limites físicos são facilmente reconhecíveis. Adotados este critérios, definiram-se 16 parcelas.

O Inventário florestal foi qualitativo, pelo que não são apresentados dados dendrométricos dos povoamentos que as constituem, também porque se trata de uma exploração cuja finalidade é a proteção e conservação ambiental.

As parcelas são as definidas no ponto 7.1.3 deste programa. O objetivo principal destas parcelas é a proteção do solo e biodiversidade, aliadas à componente do recreio e lazer.

Os povoamentos têm idades entre os 15 e os 60 anos. A exploração florestal nunca foi feita, a não ser a apanha da pinha de pinheiro manso, apenas nas bordaduras dos povoamentos, devido por um lado, à orografia e por outro à densidade, que dificulta a progressão dentro da área de povoamento.

Quadro 14 – Caracterização das parcelas.

Parcela	Origem	Origem	Área (ha)	Composição	Sub-Bosque e Flora	Regime Cultural	Idade (anos)	Grau de coberto do solo (%)	Qualidade do Arvoredo
1	VN		281,18	VN e Aflor. Rochosos	Matos sp	–	Várias	>70	–
2	PI		187,03	Resinosas (Pm*Ph)	Cistus	Alto fuste	50	80	Razoável

3	PI	77,26	Pm	Matos	Alto fuste	50	90	Bom
4	S. e RN	40,06	Pm*Ph*Pr*Pb	Matos sp	Alto fuste	Várias	>70	Razoável
5	S e PI	16,73	Ec*Pm	Matos	Alto fuste	50	80	Razoável
6	PI	13,54	Ec	Matos	Alto fuste	50	50	Razoável
7	RN	14,02	Ac	Ac	Alto fuste	Várias	80	Bom
8	PI	11,85	Ec*Ac	Matos sp	Alto fuste	Várias	90	Bom
9	PI	9,52	Pr	Matos	Alto fuste	50	60	Bom
10	RN	2,68	Md	Md e Matos	Alto fuste	12	40	Bom
11	PI	0,86	Ph	Matos	Alto fuste	50	70	Bom
12	RVD	30,83	RVD	-	-	60	-	Razoável
13	AS	1,39	AS	—	—	60	—	Mau
14	Ap	0,18	Ap	—	—	5	—	Bom
15	Lag..	1,42	Lag.	—	—	—	—	—
16	I	9,85	I	—	—	—	—	—

VN –Vegetação natural e afloramentos rochosos; PI – plantação; S – sementeira; RN – Regeneração Natural; Md – Medronheiro; Pm – Pinheiro manso; Pb - Pinheiro bravo; Ph –Pinheiro do Alepo; Pr – Pinheiro radiata; Ec – Eucalipto sp; Ac – Acácia; I. – Incultos; Lag. – Lagos temporárias; Ap – Apiários; AS – Área Social; RVD – Rede Viária eDivisional;

7.1.5. COMPONENTE SILVO PASTORIL

Esporadicamente, o PF é atravessado por manadas que no decurso da sua passagem, alimentam-se da vegetação herbácea existente. Esta atividade não está regulada, e desconhece-se o proprietário dos rebanhos.

7.1.6. COMPONENTE CINEGÉTICA, AQUÍCOLA E APÍCOLA

O exercício da caça é interdito em toda a área do PF da Vila do Bispo. Inicialmente, uma parte da área foi incluída na Zona de Interdição de Caça (ZIC), criada pela Portaria n.º 819/93 de 7 de

setembro. Posteriormente, a Portaria n.º 257/2007 de 12 de março interditou o exercício da caça nos restantes terrenos não ordenados dentro da área do PNSACV.

As áreas limítrofes do PF, constituem terrenos ordenados inseridos na Zona de Caça Municipal da Vila do Bispo, (Proc. n.º 3056) e Zona de Caça Associativa de S. Vicente (Proc. n.º 5311).

7.1.7. COMPONENTE DE RECURSOS GEOLÓGICOS E ENERGÉTICOS

Estes recursos não são explorados dentro da área do PF da Vila do Bispo. Porém existe potencial para a exploração de energia eólica, o que se verifica pelo funcionamento do Parque Eólico de Vila do Bispo.

7.2. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA EXPLORAÇÃO

Os objetivos fundamentais e estratégicos definidos para a gestão do PF Vila do Bispo, são:

- I. – Conservar e gerir os valores naturais e culturais existentes, promovendo a biodiversidade através da manutenção de um espaço heterogéneo com os distintos tipos de habitats...
- II. – Aplicar boas práticas de gestão florestal, que mitiguem os processos erosivos, protejam o regime hídrico, minimizem o risco de incêndio, contribuam para o sequestro e armazenamento de carbono e aumentem o valor cénico intrínseco.
- III. – Utilização pública do espaço florestal, demonstrando compromisso ambiental e responsabilidade social.
- IV. – Requalificação dos espaços sociais e urbanos para apoio as atividades de turismo de natureza e de educação ambiental.
- V. – Exploração ordenada de recursos associados à floresta.

Como objetivos específicos, podemos apontar:

I.1 – Identificar, à escala da unidade de gestão, os habitats e valores naturais a preservar constantes do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, atualizando a cartografia existente (protocolos com associações do ambiente).

I.2. – Nos habitats e valores naturais identificados, definir prioridades de intervenção.

I.3. – Aplicar as medidas de gestão adequadas para a manutenção e expansão dessas áreas.

I.4. - Condicionar o acesso a determinadas áreas que pelas suas características de conservação ou proteção, carecem de abordagem mais restrita.

II.1 – Renaturalizar áreas ardidas e áreas ocupadas por invasoras de baixo valor de conservação, com a instalação de espécies naturalizadas.

II.2. – Manutenção de infraestruturas DFCl e sinalização de locais para saídas de emergência.

II.3. – Utilização de técnicas de mobilização mínima do solo.

II.4. – Instalação de estruturas naturais que minimizam a erosão do solo.

II.5. - Experimentação de técnicas de combate/erradicação de invasoras lenhosas; hidráulica florestal.

III.1. – Identificar as atividades existentes e com possibilidade de virem a existir, compatibilizando-as com o espaço. Todas as atividades devem contribuir para a mais-valia ambiental, através do cumprimento de regras básicas predefinidas.

III.2. – Dotar o espaço de mais infraestruturas e melhorar as existentes, no sentido de aumentar o número de praticantes de atividades lúdicas relacionadas com o turismo de natureza e utilizadores de forma geral.

III.3. - Sinalização adequada das áreas infraestruturadas relacionadas com a prática das diferentes atividades.

IV.1. - Restauro da casa do Guarda Florestal e anexos; da casa da praia; do antigo Posto da Guarda Fiscal, mantendo a arquitetura original.

IV.2. - Estabelecer parcerias com agentes de desenvolvimento local e regional para dinamização dos espaços urbanos e utilização dos mesmos para atividades de turismo e educação ambiental.

IV. 3. - Reinvestimento dos retornos financeiros provenientes das atividades desenvolvidas.

V.1. - Estabelecer regras para o desenvolvimento sustentável das diversas atividades existentes, como sejam, a apicultura, a apanha de frutos e outras que possam vir a ocorrer.

7.3. SÍNTESE

O quadro seguinte pretende relacionar os objetivos com as parcelas definidas para a gestão do PF da Vila do Bispo e as normas de intervenção aplicáveis, de acordo com o PROF Algarve.

Quadro 15 – Parcelas Objetivos e respetivas normas de intervenção

Objetivos	Parcela	Normas de Intervenção
I. – Conservar e gerir os valores naturais e culturais existentes, promovendo a biodiversidade através da manutenção de um espaço heterogéneo com os distintos tipos de habitats.	1; 2; 3; 4; 13; 14 e 15	CHEG1; CHEG2; CHEG4; RP12; RP4; DFCI3
II. – Aplicar boas práticas de gestão florestal, que mitiguem os processos erosivos, protejam o regime hídrico, minimizem o risco de incêndio, contribuam para o sequestro e armazenamento de carbono e aumentem o valor cénico intrínseco.	2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11 e 16.	PRT1; PRT2; PRT3; PRT4; RP3; DFCI2; DFCI3
III. – Utilização pública do espaço florestal, demonstrando compromisso ambiental e responsabilidade social.	Todas	RP3; RP4; DFCI1 DFCI3

IV. – Requalificação dos espaços sociais e urbanos, para apoio as atividades de turismo de natureza e de educação ambiental.	13	RP1; DFCI1
V. – Exploração ordenada de recursos associados à floresta.	10; 13; e 14	DFCI2

8. ADEQUAÇÃO AO PROF ALGARVE

Como já foi referido, o PF da Vila do Bispo, enquadra-se na SRH Costa Vicentina.

Os objetivos de gestão do PF, enquadram-se nos objetivos específicos definidos para a SRH em que o mesmo está inserido, nomeadamente:

- a) Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos habitats, da fauna e da flora;
- b) Favorecer e expandir os habitats com elevado valor ecológico e de suporte à fauna e flora protegida;
- c) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- d) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de proteção da rede hidrográfica, microclimática e contra a erosão eólica;
- e) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho;
- f) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de atividades de recreio, de forma equilibrada e em consonância com os objetivos de conservação da sub-região;
- g) Reconverter os povoamentos de eucalipto, instalados em zonas marginais, em povoamentos com espécies mais adaptadas.

As normas de intervenção na gestão dos espaços são as consignadas no Decreto Regulamentar n.º 17/2006 de 20 de Outubro.

9. PROGRAMAS OPERACIONAIS

9.1. PROGRAMA DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE

“A biodiversidade refere-se à variedade de vida no planeta Terra, incluindo a variedade genética dentro das populações e espécies, a variedade de espécies da flora, da fauna, de fungos macroscópicos e de microrganismos, a variedade de funções ecológicas desempenhadas pelos organismos nos ecossistemas; e a variedade de comunidades, habitats e ecossistemas formados pelos organismos”.

No PF da Vila do Bispo, o aumento do valor natural será realizado através de ações de intervenção na área florestal e matagais, com o objetivo de aumentar a variedade e abundância de espécies de animais e plantas; de conservar espécies raras existentes; controlar e substituir gradualmente as espécies exóticas invasoras e controlar o uso do PF da Vila do Bispo de forma coerente com estes objetivos.

A - SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA DA BIODIVERSIDADE

1- FLORA E VEGETAÇÃO

1.1 - DESCRIÇÃO GERAL

A área de estudo é caracterizada por um mosaico de vegetação que engloba povoamentos florestais, habitats naturais e áreas dominadas por espécies exóticas invasoras.

a) Povoamentos florestais

As áreas ocupadas por pinhal - *Pinus pinaster*; *Pinus pinea*; *Pinus halepensis*; *pinus radiata* e eucaliptal - *Eucalyptus sp.*, correspondem a povoamentos florestais de diferentes idades e densidades. Nos povoamentos mais maduros o sob-coberto apresenta-se pouco desenvolvido devido à densidade elevada dos povoamentos e acumulação de agulhas de pinheiro. Nos povoamentos mais jovens o sob-coberto apresenta-se bastante desenvolvido devido à abundância de matos e alguma regeneração natural das comunidades pré-existentes, além do *Arbutus unedo*. Nestas áreas a diversidade é maior devido à ainda baixa densidade de ensombramento pela copa das árvores.

As áreas invadidas pela acácia, apresenta fraca ou nenhuma diversidade.

b) Matos

Este é o habitat natural com significativa representatividade na área de estudo e apresenta alguma heterogeneidade na composição específica e na estrutura. Isto deve-se, por um lado, ao facto das comunidades vegetais corresponderem a diferentes fases da sucessão ecológica e por outro a especificidades relacionadas com a geoclimatologia dos locais. Nas vertentes sieníticas próximas do mar, o elenco florístico dos matos é distinto. Aqui dominam *Cistus palhinhae*, *Rosmarinum oficinallis*, acompanhadas por *Juniperus turbinata subsp. turbinatae* *Lavandula luizierii*. A restante área de matos é dominada pelo *Cistus palhinhae*.

c) Acacial

A mancha de acacial ocupa uma área considerável e corresponde em maior percentagem à espécie *Acácia* sp. A diversidade florística no interior das manchas é extremamente baixa ocorrendo pontualmente algumas espécies que toleram situações de elevado ensombramento. A reduzida diversidade deve-se à elevada densidade arbórea que diminui drasticamente a entrada de luz no solo, e, à acumulação de folhada que impede a germinação das espécies nativas.

d) Galeria Ripícola

Nas áreas de habitat ripícola, domina uma vegetação pobre onde surge pontualmente indivíduos isolados de *Populus* spp. Existem ocasionalmente pequenos núcleos de comunidades herbáceas higrofiticas. Os troços são de pouca a nenhuma corrente.

A maioria das linhas de água, possuem vegetação ripícola incipiente

e) Arriba litoral

Dentro do limite do PF da Vila do Bispo, este habitat é constituído por falésias de rochas sieníticas que abrigam pequenas praias. No topo destas falésias mesmo em situações declivosas, encontramos o *Juniperus turbinata subsp. turbinata* em forma moitas prostradas esculpidas pelos ventos do mar. Nas fendas das vertentes rochosas desenvolve-se uma vegetação rupícola de características halófiticas, que suporta os ventos marítimos carregados de sal, *Crithmum maritimum*, *Helichrysum italicum* espécies do género *Limonium*.

f) Lagoas temporárias

Foram localizadas duas lagoas temporárias em toda a área, concretamente no prédio Torre de Aspa. Potencialmente podem ocorrer outros locais de encharcamento temporário, dada a riqueza hidrográfica do PF da Vila do Bispo. As lagoas apresentam um bom estado de

conservação. As margens da Lagoa do Sequiadouro estão parcialmente rodeadas por acácias. O elenco florístico é diversificado e composto por espécies com uma ecologia específica deste tipo de habitat: *Alisma lanceolatum*, *Baldellia ranunculoides*, *Eleocharis palustris*, *Juncus striatus*, *Juncus acutiflorus*, *Juncus effusus*, *Cyperus esculentuse* *Juncus valvatus*.

Tratando-se de uma área classificada, segundo o Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02, visando a proteção das espécies de aves e de habitats de fauna e flora aí existentes, coordenado com o Plano de Ordenamento do parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é proibida a:

- Captura, abate ou detenção de espécies de aves selvagens inscritas no Anexo-I da Diretiva 79/409/CEE e de espécies de animais constantes dos Anexos B-II e B-IV dos Decreto-Lei mencionados, qualquer que seja o método utilizado;
- Perturbação desses espécimes, nomeadamente durante o período de reprodução, de dependência, de hibernação e de migração;
- Destruição, danificação, recolha ou detenção dos seus ninhos, mesmo vazios, e ovos;
- Deterioração ou destruição dos locais ou áreas de repouso dessas espécies;
- Exposição com fins comerciais, a venda, a oferta, a troca, a detenção, o transporte para fins de venda ou de troca e ainda a compra de espécimes retirados do meio natural, vivos ou mortos, incluindo qualquer parte ou produto obtido a partir dos mesmos;

As proibições não se aplicam às espécies cinegéticas. A caça destas espécies pode ser efetuada exceto durante o período de nidificação, nos diferentes estádios de reprodução e de dependência.

Para assegurar a proteção de espécies vegetais constantes dos Anexos B-II e B-IV, do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, o artigo 12.º proíbe:

- “A colheita, corte, desenraizamento ou destruição de plantas ou parte de plantas no seu meio natural e dentro da sua área de distribuição natural” e ainda,
- “A detenção, o transporte, a venda ou troca e oferta para fins de venda das referidas espécies, colhidos no meio natural com exceção dos espécimes legalmente colhidos antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto”.

As orientações de gestão para esta ZPE, incidem primordialmente para a conservação das aves rapinas e dos passeriformes migradores de matas e bosques, sendo relevante a:

- Conservação e recuperação de povoamentos florestais autóctones e promoção de áreas de matagal mediterrânico;
- Adoção de práticas silvícolas específicas e condicionamento de florestação e do cultivo de lenhosas;
- Condicionamento de construção de barragens em zonas sensíveis;
- Condicionamento de intervenções nas margens e leito de linhas de água;
- Não remoção árvores cavernosas (Sobreiros e eucaliptos de grande porte);
- Monitorização do estado sanitário da fauna silvestre, em especial do gato bravo e acautelar a sua reprodução;
- Demonstração das medidas de gestão de biodiversidade para gestores florestais e outros interessados;
- Celebração de protocolos específicos para monitorização de questões relacionadas com a conservação da natureza como o restauro ecológico;
- Respeitar as boas práticas para a conservação de espécies ameaçadas em todas as atividades desenvolvidas na Mata.

Pretende-se ainda manter áreas de “Reserva Integral” de forma a manter e promover áreas de biodiversidade elevadas, permitindo a análise da evolução natural da flora e fauna rica e diversificada.

Toda a gestão da área da UGF tem como princípio a conservação e o fomento dos habitats e dos valores naturais da fauna e flora, devendo ainda respeitar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11 – B/2011, de 4 de fevereiro.

1.2 - VIAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS MEDIDAS DE GESTÃO

À data da redação deste documento, não existem vias para o financiamento público deste plano. Porém as ações de gestão que visam a conservação da natureza e da biodiversidade nas áreas classificadas, bem como a sua valorização, terão certamente enquadramento em próximos regulamentos comunitários.

B - MEDIDAS PARA A GESTÃO DA BIODIVERSIDADE

O Programa de gestão da biodiversidade tem um horizonte de vinte anos. Por isso, prevê-se a aplicação de medidas de médio longo prazo, que vão além da gestão florestal.

1 - PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO FLORESTAL A ADOTAR PARA O FOMENTO DA BIODIVERSIDADE, NO PF DA VILA DO BISPO.

- Proteção dos núcleos populacionais das espécies da Flora com interesse para a conservação;
- Gestão sustentável dos povoamentos florestais existentes;
- Proteção da lagoa temporária, nomeadamente controlo de espécies exóticas invasoras;
- Manutenção de áreas sem intervenção florestal no sub - coberto dos povoamentos mais velhos;
- Progressiva substituição das manchas de acacial e do eucalipto, por espécies autóctones e/ou naturalizadas e melhor adaptadas;
- Controlo dos núcleos de espécies lenhosas invasoras nomeadamente *Acacia longifolia*; *Acacia melanoxylon*; e *Acacia pycnantha*
- Limpeza das linhas de água ao longo de todo o seu troço, favorecendo as ripícolas, através do corte e controlo das espécies lenhosas invasoras;

1.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO DE RECURSOS

- Sinalização,
- Fiscalização,
- Culturas para a fauna,
- Aves aquáticas,
- Plantas raras,
- Monitorização.

Estas ações deverão ser alavancadas por apoios públicos (fundos monetários em vigor).

Com estas medidas, visa-se dotar o PF da Vila do Bispo de um programa quantificado de ação, que permita o estudo e a eventual constituição de um mercado voluntário de biodiversidade.

A possibilidade de constituição desse futuro mercado assenta nos seguintes pressupostos:

- a) Valorização da biodiversidade e da qualidade paisagística, porque o PF da Vila do Bispo encontra-se completamente integrado no território do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e tem um alto potencial de utilização para atividades de lazer ligadas à natureza.

- b) Potenciar o aumento da biodiversidade e da qualidade paisagística, muito consideráveis no PF da Vila do Bispo, que, partindo do nível de referência atual, é possível aumentar a diversidade de espécies de fauna, flora e habitat.
- c) Com a valorização do PF da Vila do Bispo, gera-se externalidades positivas principalmente para as atividades turística, comercial e desportiva com peso na economia da região; com a possibilidade de as empresas turísticas poderem contribuir para a valorização paisagística e aumento da biodiversidade, no quadro de um projeto coordenado.
- d) A remuneração obtida pelas empresas terá componentes financeiras e não financeiras, na medida em que o valor da biodiversidade medido pelos respetivos índices, permitirá às mesmas um posicionamento de utilidade social, com potenciais efeitos comerciais positivos.
- e) A visitação; interpretação da natureza; criação de alojamento e o contributo para a marca “Parques de Portugal”, permitirá uma remuneração e criação de emprego, desenvolvidos pelo projeto de constituição de um mercado voluntário de biodiversidade.

1.2 - IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento da biodiversidade e abundância de espécies em todos os *taxa*;
- Aumento do número de espécies com estatuto de raro ou ameaçado, ocorrentes no PF da Vila do Bispo;
- Controlo e substituição gradual das espécies de plantas exóticas invasoras (acácias), por áreas com vegetação autóctone (*juniperus phoenicea*; *Olea europeae* var. *silvestris*, etc);
- Gestão sustentável dos povoamentos de resinosas;
- Valorização da biodiversidade nos matagais e a diminuição do risco de incêndio.

2– OBJETIVOS IMEDIATOS

- a) Estabilizar o controlo da utilização do território

A gestão da biodiversidade exigirá o controlo integral da área do PF da Vila do Bispo, uma vez que nunca será possível isolar os fatores que agem sobre os habitats e as populações, sem garantir que esses mesmos fatores são completamente conhecidos e considerados.

2.1 – OBJETIVOS DE CURTO PRAZO.

a) Garantir a manutenção da sinalização de controlo de acessos pelo menos em 50% dos locais onde for instalada.

A sinalização inclui a sinalização de acessos, sinalização de percursos e sinalização informativa. A eficácia da sinalização concretiza-se no respeito pelas suas indicações e pelo período de manutenção no terreno.

A sinalização deve existir em todos os acessos, quer no seu início, quer repetidamente ao longo dos percursos, indicando quer a permissão (áreas de descanso) quer a proibição do acesso por determinados meios (proibido a circulação automóvel nos trilhos ambientais, por exemplo), quer comportamentos proibidos (não sair do trilho; fazer lume, etc).

Numa primeira fase a sinalização deverá ser essencialmente barata e de fácil substituição, optando-se por suportes plásticos ou outro material de baixo custo. A razão de ser desta escolha é a necessidade e facilidade de a substituir rapidamente, em caso de destruição. Em alguns percursos, poderá mesmo optar-se pela pintura de pedras, para sinais de proibição ou de mudança de direção nos percursos. Uma vez atingido um patamar adequado de sobrevivência no terreno, a sinalização poderá ser substituída por suportes mais duráveis.

No curto prazo, recomenda-se a produção inicial do triplo dos sinais necessários, permitindo a sua substituição rápida em caso de necessidade.

No ano seis prevê-se que o investimento em sinais seja cerca de 50% superior ao realizado no ano 1, devido à substituição por sinais mais duráveis.

A fonte de financiamento, será o recurso a fundos comunitários em vigor e disponíveis para o efeito.

b) Dispor de uma situação de referência da frequência de uso indevido do espaço, por categoria de atividade.

A existência de um registo georreferenciado da deteção de pessoas e atividades não autorizadas, de forma a conhecer a sua natureza, periodicidade e intensidade, é essencial pois permitirá agir com precisão sobre as causas da perturbação por atividades humanas.

As atividades que deverão ser registadas e georreferenciadas são:

- Presença de pessoas em atividades não autorizadas
- Presença de veículos e pessoas em atividades não autorizadas
- Sobrevoos por asa delta/parapente, incluindo pouso

A circulação aérea sobre o território em estudo é frequente e realizada frequentemente a baixa altitude, com origem no cimo das falésias.

Esta circulação é um fator provavelmente negativo para o sucesso reprodutor de todas as espécies que nidificam na área, bem como nas aves invernantes que necessitam de áreas de descanso, em conjunto com as áreas de alimentação. No curto prazo sugere-se que seja encontrado uma área para a constituição de um “centro informal de aeromodelismo/parapente”, depois de compreendida a lógica dos seus “utilizadores”.

c) Continuar com o controlo administrativo da atividade cinegética.

d) Definir a capacidade de carga para as atividades potencialmente a desenvolver.

- Projetos ecológicos de condomínio (casas nas árvores), com pontes tirolesas, onde o impacto ambiental é mínimo, oferecendo disponibilidade de alojamento.
- Expansão do parque de merendas.

e) Controlo de invasoras:

- Cartografia detalhada dos núcleos populacionais de exóticas invasoras.
- Programação das operações de controlo de invasoras.
- 1ª Ação de controlo

f) Conservação das espécies de plantas raras ocorrentes:

- Vedação das zonas onde foram detetadas as espécies raras.

g) Aumento e conservação da área de floresta autóctone:

- Levantamento e programação das áreas de intervenção.
- Ação experimental de arborização com floresta autóctone

h) Reparar e expandir as áreas de vegetação ripícola:

- Realização do plano específico de reparação e expansão da vegetação ripícola.

2.2 – OBJETIVOS DE MÉDIO PRAZO.

a) Estabilizar o controlo da utilização do território:

- Garantir a manutenção da sinalização de controlo de acessos pelo menos em 60% do tempo em nos locais onde for instalada.
- Diminuição em 50% do uso indevido do espaço;
- Furtivismo zero.
- Aumento da capacidade de alojamento e de trilhos ambientais

b) Manter mosaico de habitat incluindo habitat aberto:

- Manutenção do mosaico de habitat incluindo habitat aberto, de acordo com localização determinada pelos resultados da monitorização, no mínimo em 50 ha

c) Controlo de invasoras (Acácia):

- Reduzir a ocupação de invasoras 50% em relação à situação de referência estabelecida em 2012 e constante no mapa de ocupação do solo.

As acácias ocorrem normalmente em zonas perturbadas junto a acessos, áreas artificiais mas também em povoamento. Dominam as espécies invasoras *Acacia longifolia* e *Acacia melanoxylon*. A substituição destas espécies por espécies autóctones é importante para a conservação, pela diminuição do potencial para expansão dos núcleos populacionais desta espécie, contrariado também, pelo aumento de abundância de espécies de vegetação autóctone, (*Juniperus* e zambujeiro).

A medida decompõe-se nas seguintes ações:

- 1- Obtenção de uma ordem de prioridades de intervenção nos povoamentos de acácia;

- 2- Hierarquização dos povoamentos segundo a ameaça que representam para os valores naturais a conservar.

Para cada unidade de intervenção deve-se estudar o modo de substituição das acácias por floresta autóctone e elaborar o respetivo projeto de intervenção, o qual incluirá uma apreciação detalhada do terreno, bem como a obtenção de dados detalhados sobre o solo.

3- Intervenção

O controlo da acácia será realizado por operadores de corte utilizando moto roçadoras e/ou motosserras com aplicação simultânea de fitocida seletivo não residual, por pincelagem ou pulverização, com pulverizador de dorso, de acordo com o diâmetro dos exemplares. Prevê-se também uma segunda aplicação à floração. Prevê-se ainda o descasque de cerca de 1,3 metros de fuste, o qual será pincelado. Estima-se que seja necessário intervir em 25 ha de povoamentos e manchas isoladas. Os tratamentos devem ser feitos no final de Março, época em que as plantas se encontram em plena atividade vegetativa e no início da floração. A determinação preliminar da taxa de mortalidade deve ter lugar 4 meses após a sua aplicação e a mortalidade final será contabilizada ao fim de 15 meses.

4- Gestão da intervenção

A gestão da intervenção implica a verificação da ausência de invasoras, e de medidas de contenção, durante o período de pelo menos cinco anos;

d) Conservação das espécies de plantas raras ocorrentes

- 1) Duplicar o número de núcleos populacionais das espécies raras detetadas.
- 2) Aumento e conservação da área de floresta autóctone.

O eucalipto está associado a uma fraca qualidade ambiental da paisagem, porque o eucalipto é uma espécie exótica e porque as comunidades faunísticas e florísticas dos povoamentos de eucalipto são comparativamente mais pobres quando comparadas com a de outros biótopos florestais, ou com áreas com ocupação agro – florestal diversificada.

Tendo como um dos objetivos a requalificação ambiental, a substituição de eucaliptais por floresta autóctone redundará em benefícios de longo prazo para a biodiversidade, através do aumento da riqueza e abundância de espécies. A substituição faseada e em superfícies

pequenas reduzirá os impactos decorrentes da inexistência de coberto vegetal durante as fases iniciais da substituição dos povoamentos.

3) Aumento da área com gestão sustentável do pinhal

Os povoamentos de pinheiro devem ser monitorizados anualmente, para controlo de danos provocados pelos ventos, controlo de doenças provocadas por agentes bióticos e mortalidade natural. As ações visam sempre a retirada das árvores mortas. O povoamento deverá evoluir de forma tão natural quanto possível.

4) Reparar e expandir as áreas de vegetação ripícola e lagoa temporária

Os habitats ripícolas em bom estado são essenciais à conservação da biodiversidade.

Foram identificadas duas lagoas temporárias na área em estudo. A conservação destes habitats está também integrada nos objetivos do plano. A medida visa substituir a vegetação exótica invasora presente e potenciar o aparecimento de galerias ripícolas nas linhas de água de maior expressão, aumentando a sua área, o que implica:

- Reconhecimento das espécies exóticas nas galerias ripícolas.
- Plano de intervenção, de reconstrução ou alargamento por troço de galeria, com utilização no estrato arbóreo de *Fraxinus angustifolia*, *Salix alba*, *Populus nigra*, e *Populus alba* e no estrato arbustivo de *Frangula alnus*, *Sambucus nigra* e *Ulmus minor*.
- Intervenção, substituindo os exemplares de exóticas e aumentando a dimensão da galeria.

A medida visa também garantir a conservação da lagoa temporária através de um compromisso ou, no limite, da sua vedação, para os quais serão previstos os recursos adequados, recorrendo a fundos estruturais comunitários, como por exemplo ao programa LIFE.

e) Monitorizar a biodiversidade

1) Seleção de indicadores:

Os indicadores de biodiversidade sugeridos para a monitorização do PGBIO devem incluir indicadores comparáveis com a Situação de Referência (SR), e serem indicadores que

impliquem uma campanha de inverno de observação de avifauna e indicadores que impliquem uma campanha de observações sobre a vegetação.

Os indicadores serão selecionados tendo em atenção os seguintes critérios:

- Capacidade de avaliação inter-temporal do Plano;
- Consistência com as características próprias do Plano;
- Sensibilidade às medidas do Programa de Gestão da Biodiversidade e consistência com a SR.

2) Custo do programa de monitorização:

Os indicadores escolhidos refletirão assim as tendências que se afetarão à biodiversidade na situação pós – PGF em que serão qualitativamente alterados os ecossistemas florestais, mantida, melhorada e até aumentada a área de habitats.

2.3 – OBJETIVOS DE LONGO PRAZO.

a) Estabilizar o controlo da utilização do território:

- Garantir a manutenção da sinalização e o controlo de acessos;
- Diminuição em 90% do uso indevido do espaço em relação à situação de referência.
- Levar os níveis de furtivismo a zero.

b) Manter mosaico de habitat incluindo habitat aberto:

- Manutenção do mosaico de habitat incluindo habitat aberto, de acordo com localização determinada pelos resultados da monitorização, no mínimo em 70 ha.
- Controlo de invasoras (Acácia), com redução 100% da ocupação em relação à situação de referência.

c) Conservação das espécies de plantas raras ocorrentes:

- Manter os núcleos populacionais existentes.
- Aumento e conservação da área de floresta autóctone:
- Recuperação da floresta autóctone pela substituição do eucaliptal.

d) Aumento da área com gestão sustentável do pinhal:

- Gestão sustentável de todos os povoamentos de pinheiro em toda a área do PF da Vila do Bispo
- Conservar e expandir as áreas de vegetação ripícola em 100% da área ripícola definida.

C – Conclusão

Os objetivos finais deste PGBIO passam por:

- Promover a conservação e valorização do património natural visando a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, através do apoio a investimentos que valorizem o território a partir da gestão direta de espécies e habitats.
- Consolidar o reconhecimento do valor do património natural, nomeadamente através do apoio e promoção da visita de espaços naturais, (...). O conceito é o de um programa de intervenção coerente que integre cada uma das intervenções locais na ideia mais abrangente de valorização do património natural conseguida através da adesão das pessoas a experiências concretas de utilização do património natural, em detrimento de lógicas mais parcelares de intervenções pontuais a que falta dimensão para poder atuar e comunicar eficazmente com os utilizadores potenciais.

9.2. PROGRAMA DE GESTÃO DA PRODUÇÃO LENHOSA

Os povoamentos existentes no PF de Vila do Bispo, não têm como objetivo a produção lenhosa, pelo que este programa não se aplica. Porém existem áreas possíveis de arborização ou re-arborização, em geral de pequena dimensão, constituindo-se por isso, bosquetes, destinados a fins, paisagísticos e experimentais.

Esta ação, deverá obedecer aos critérios e espécies a utilizar, constantes do Quadro 16.

Quadro 16 – Espécies a utilizar em futuras (re)arborizações e critérios de instalação

Espécies possíveis de utilizar		Critérios
Arbóreas	Arbustivas	As ações de arborização ou
<i>Pinus pinea</i>	<i>Pistacia lentiscus</i> ;	

<i>Quercus suber</i>	<i>Pistacia terebinthus</i> ;	rearborização, tenderão a uma mobilização mínima de solo, em curva de nível e em pequenas manchas
<i>Olea europaea sylvestris</i>	<i>Myrtus cumunis</i> ;	
<i>Juniperus turbinata</i>	<i>Pyrus borgeana</i> ;	
<i>Fraxinus angustifolia</i>	<i>Prunus dulcis</i> .	
<i>Arbutus unedo</i>		
<i>Ceratonia siliqua</i>		

9.3. PROGRAMA DE GESTÃO DO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NÃO LENHOSOS E OUTROS

SERVIÇOS ASSOCIADOS

Os principais recursos não lenhosos que o PF de Vila do Bispo oferece, são o mel, medronho e pinhas de pinheiro manso. Neste sentido, as áreas de povoamento de Pinheiro manso e a parcela de medronheiro existentes na unidade de gestão, embora tenham sido individualizadas no âmbito da compartimentação, a gestão prevista é idêntica para todas, uma vez que têm como função secundária a produção de fruto, razão pela qual se inclui neste programa.

Aqui serão enunciadas, genericamente, as orientações técnicas a seguir na condução e gestão das áreas destas espécies, tendo como objetivo a manutenção da sua sustentabilidade no longo prazo.

No Quadro 17 apontam-se as intervenções culturais e seus critérios de aplicação, para as parcelas cuja dominância é o pinheiro manso e o medronheiro.

Quadro 17 – Intervenções culturais e critérios

Momento da Intervenção	Intervenção	Critério de Aplicação
Anualmente	Limpeza de Vegetação Espontânea (LVE).	A intervenção é seletiva e moto manual, preferencialmente. Poderá ocorrer de forma mecânica, por corta matos. Prevista para as faixas adjacentes à rede viária e com largura entre os 5 e 10m. Na restante área da parcela, não é prevista, a fim de preservar a diversidade biológica e a proteção do solo (proteção mecânica e proteção face à erosão eólica).
A cada 5 anos	Desramações e	Corte de ramos secos, nunca superior a 2

	condução de regeneração natural de medronheiro	andares, apenas na faixa sujeita à LVE. A regeneração natural de medronheiro, deverá ser sinalizada e posteriormente protegida aquando das operações de LVE.
Anualmente	Cortes sanitários	Na faixa sujeita a LVE, corte e retirada de árvores mortas e/ou decrépitas.

A apicultura é uma atividade concessionada a particulares. Atualmente existem 5 apiários instalados.

Neste Perímetro Florestal não ocorre por parte do estado qualquer aproveitamento destes recursos, contudo este tem sido um espaço aberto às populações locais, tendo sido autorizada a instalação de apiários em regime de transumância sempre que foi solicitado.

A atividade apícola será compatibilizada com as restantes atividades que ocorram, através do seguinte conjunto de regras:

- Cumprir sempre toda a regulamentação em vigor sobre a atividade, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 203/2005 de 25 de Novembro “Regime jurídico da atividade apícola e normas sanitárias”;
- Basear a exploração apícola em princípios de boas práticas, nomeadamente quanto aos aspetos sanitários, instalação dos apiários e manejo apícola e de preferência fazer apicultura em modo de produção biológica, contribuindo para uma certificação do mel produzido a médio prazo;
- Primar por utilizar e respeitar sempre as regras de boa conduta, zelo e respeito pelas infraestruturas existentes e pela fauna e flora locais;
- Praticar apicultura de tal forma que constitua uma atividade de impacte ambiental mínimo, contribuindo também para o aumento da biodiversidade e para a melhoria efetiva dos recursos do PF de Vila do Bispo;
- Propor anualmente um plano de atividades apícolas, para apreciação do ICNF-DCNF Algarve;
- Participar e colaborar ativamente nas iniciativas apícolas que venham a ocorrer no PF de Vila do Bispo, sejam de iniciativa particular ou estatal;
- Apresentar um seguro de risco – responsabilidade civil, salvaguardando danos/acidentes que possam ocorrer a terceiros dentro da área do PF de Vila do Bispo.
- A construção dos apiários deverá ser feita manualmente, bem como a limpeza e redução da biomassa arbustiva na área circundante dos apiários;

- Transitar com veículos apenas nos caminhos existentes;
- Transmitir qualquer situação anómala no perímetro, como sejam estragos em caminhos, árvores, barragens, focos de doenças, ou outros que se mostrem relevantes;
- Transmitir o início e o término da atividade;
- Contribuir com benfeitorias para o PF de Vila do Bispo.

9.4. PROGRAMA DE INFRAESTRUTURAS

Tendo em vista a manutenção da operacionalidade das diferentes infraestruturas existentes no PF de Vila do Bispo, é necessário estabelecer-se um programa de intervenção, cuja incidência seja prioritariamente sobre a rede viária florestal, a rede de faixas de gestão de combustível e a rede de pontos de água.

9.4.1. REDE PRIMÁRIA (FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL)

A FGC da rede primária localiza-se apenas no prédio A-de-Marinho, e tem vindo a ser executada pela Associação Terras do Infante. A FGC está assinalada no Mapa 14, do anexo I.

9.4.2. REDE VIÁRIA FLORESTAL

A intervenção na rede viária florestal, prevê trabalhos de regularização das plataformas nos caminhos pertencentes à classe 3; a desobstrução ou abertura (quando necessário) das valas de escoamento de água pluviais nos caminhos pertencentes às classes 2 e 3 e, a limpeza de vegetação espontânea (LVE) nas faixas laterais, a qual está prevista na gestão dos povoamentos envolventes.

Os troços estão assinalados no mapa 13 do anexo I, e a sua extensão e classificação foi apresentada na tabela 9. Os troços a intervencionar são os da classe 2 e 3, cujo objetivo é garantir a sua operacionalidade para as tarefas de gestão e de defesa da floresta contra incêndios.

Quadro 18 - Programa de intervenção da rede viária

Tipo de Intervenção	Talhão	Período de Execução	Área /extensão
Remoção da vegetação nas bermas, valetas e plataforma, por meios mecânicos e/ou moto manuais.	I	5 em 5 anos	16.459Km
	II	5 em 5 anos	4.271Km
Regularização de plataforma sempre que necessário.	III	5 em 5 anos	7.297Km

Prevê-se que possam existir troços sem necessidade de intervenção, em cada um dos talhões.

9.5. PROGRAMA DAS OPERAÇÕES SILVÍCOLAS MÍNIMAS

As operações silvícolas mínimas, são intervenções que tendem a impedir, que se elevem a níveis críticos o perigo de ocorrência e propagação de incêndios, bem como a disseminação de pragas, doenças e espécies invasoras não indígenas, aumentando a resistência e a resiliência dos espaços florestais.

Na condução dos povoamentos, são aplicadas medidas que permitem aumentar a capacidade de resistência e resiliência destes aos incêndios, assim como melhorar as suas condições de desenvolvimento.

A gestão de combustíveis influencia a estrutura e a composição dos povoamentos. As intervenções estão sempre dependentes da distribuição e da carga de combustível existente.

O controlo da vegetação espontânea é preconizado para as parcelas da UGF com ocupação florestal que são limítrofes com a rede viária e ou divisional, coincidentes com as infraestruturas (DFCI, rede viária e divisional), sendo a sua calendarização contemplada no ponto **9.6**.

São também ações essenciais, a correção de densidades através do corte de árvores doentes ou secas (monitorização fitossanitária), e de espécies invasoras (controle de acácias), melhorando-se assim a qualidade e a distribuição dos indivíduos no povoamento.

Prevê-se também a criação de descontinuidade vertical de combustíveis, através da desramação em alguns indivíduos dos povoamentos e também coincidentes com as faixas de gestão de combustíveis. Este tipo de intervenção diminui a probabilidade de progressão vertical do fogo. As ações de desramação são realizadas de acordo com o descrito no ponto **9.6**, bem como a sua calendarização.

A descontinuidade horizontal é assegurada pela manutenção das faixas de gestão de combustíveis, a qual é composta por vários elementos, nomeadamente as faixas associadas às estradas (10 metros para cada lado). As intervenções nas FGC são realizadas de acordo com o descrito no **ponto 9.3** e a sua calendarização no **ponto 9.6**.

No quadro seguinte, encontra-se um resumo das operações silvícolas mínimas previstas para o PF de Vila do Bispo e a respetiva área de incidência ao longo do período de vigência do PGF.

Quadro 19 – Programa das Operações Silvícolas Mínimas

Tipo de Intervenção	Parcelas	Momento da Intervenção
Controlo de Vegetação espontânea e desbastes seletivos em Povoamentos (mosaicos).	2, 3, 4 e 9.	Anualmente
Controlo de Vegetação espontânea em FGC e desramações, nas faixas envolventes aos caminhos.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13 e 16	Anualmente,
Desbastes fitossanitários	Todas	Anualmente
Controlo de acácias	7 e 8	Anualmente e coincidente com as intervenções de controlo de vegetação espontânea em FGC.
Monitorização e tratamentos fitossanitários	Todas	Sempre que necessário.

9.6. GESTÃO FLORESTAL PRECONIZADA

No quadro seguinte resumem-se em linhas gerais a gestão a efetuar por parcela.

Quadro 20 – Gestão Florestal prevista e momento de intervenção

PARCELA	Área (HA)	ESPÉCIE	GESTÃO (INTERVENÇÕES)	MOMENTO DA INTERVENÇÃO/ CALENDARIZAÇÃO
1	281,18	VN	Pinhal manso adulto, com fraco potencial para produção de pinha. Deverá ser mantido para efeitos de proteção do solo, eólica e paisagística. Eventual produção lenhosa.	Realizar sempre que haja mortalidade ou se verifique o aparecimento de doenças.
2	187,03	Resinosas (Pm*Ph)	Povoamento adulto com elevada densidade. Manter como proteção eólica e do solo. Operações de manutenção: Retirada de indivíduos mortos/doentes.	Realizar sempre que haja mortalidade ou se verifique o aparecimento de doenças.
3	77,26	Pm	Vegetação ripícola. Deverá ser deixada intacta.	Critério de aplicação
4	40,06	Pm*Ph*Pr*Pb	Vegetação natural. Deverá ser deixada intacta.	Realizar sempre que haja mortalidade ou se verifique o aparecimento de doenças.
5	16,73	Ec*Pm	Estes eucaliptos formam faixas de compartimentação. Cortar varas secas e decrépitas. Manter em alto-fuste. Substituição progressiva do E. glóbulo por outras espécies melhor adaptadas.	Realizar sempre que haja mortalidade ou se verifique o aparecimento de doenças.
6	13,54	Ec	Eucalipto em povoamento. Manutenção em alto fuste; Operações de manutenção: Retirada de indivíduos mortos/doentes e sua substituição por espécie melhor adaptada	Realizar sempre que haja mortalidade ou se verifique o aparecimento de doenças.
7	14,02	Ac	Povoamento adulto com elevada densidade. Manter indivíduos em alto fuste. Operações de manutenção: Retirada de indivíduos por meios experimentais (químico e mecânicos); condução de indivíduos em alto fuste e ocupação dos	Realizar sempre que se verifique oportuno e haja possibilidade de investimento. Preferencialmente, as intervenções deverão ser anuais e antes da

			espaços libertados com plantação de espécies autóctones, constantes da tabela 15.	floração.
8	11,85	Ec*Ac	Povoamento adulto com elevada densidade. Manter como proteção eólica e do solo.	Anualmente, aplicar tratamentos mecânicos e químicos na eliminação de acácias.
9	9,52	Pr	Vegetação natural. Deverá ser deixada intacta.	Sem intervenção
10	2,68	Md	Parcela com medronheiros de regeneração natural pós fogo 2003, com capacidade regenerativa e de produção de medronho em franca expansão. Operações de manutenção: atarraque de indivíduos mais velhos e com lenha seca.	Atarraque de medronheiros velhos e com lenha seca, sempre que necessário.
11	0,86	Ph	Pinhal de Alepo adulto. Deverá ser mantido para efeitos de proteção do solo, eólica e paisagística. Eventual produção lenhosa.	Retirada de indivíduos secos/mortos, sempre que necessário.
12	30,83	RVD	Manutenção da rede viária transitável. Manutenção anual da FGC associadas à rede viária, seja através do serviço público, ou outro.	Anualmente e sempre que necessário
13	1,39	AS	Casas	Protocolar
14	0,18	Ap	Regularização dos licenciamentos apícolas.	Anualmente
15	1,42	Lag.	Vegetação natural. Deverá ser deixada intacta.	Eliminação de acácias, anualmente
16	9,85	I	Vegetação natural. Deverá ser deixada intacta.	Sem intervenção

A calendarização das operações de intervenção até 2026, é o que se prevê no quadro seguinte e diz respeito às faixas de limpeza de vegetação espontânea, adjacentes a caminhos ou aceiros interiores e ou perimetrais. A intervenção consiste na remoção de vegetação espontânea para baixar o grau de combustibilidade e sem interesse para a biodiversidade. Terá aproximadamente entre 5 e 10 metros para cada lado da infraestrutura, sendo no geral de 5 metros para cada lado do caminho e de 10 metros por excesso, nos aceiros e caminhos perimetrais, onde foi incluída a plataforma.

Quadro 21 – Calendarização das Intervenções

TALHÃO	MOMENTO E LOCAL DA INTERVENÇÃO					
	Total ha (2 em 2 anos)	Parcial ha (2 em 2 anos)	Parcial ha (5 em 5 anos)			Parcial ha (10 em 10 anos)
	FGC e Pontos de água 10 m	FGC 5 m	FGC 5m (esq)	FGC 5m (Dta)	FGC 5m (Esq e Dta)	10m
I	9.39	5.46	0.04	0	7.97	1.42
II	2.42	1.81	0.25	0	1.6	3.2
III	0	2.95	0	0	0	2.4

BIBLIOGRAFIA

Direção-Geral dos Recursos Naturais, 2007, *Estratégia Nacional para as Florestas*, Lisboa, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Direção geral das Florestas, 1999, *Critérios e Indicadores de Gestão Florestal Sustentável ao Nível da Unidade de Gestão*, versão #2.

Direção geral das Florestas, 2000, *Florestas de Portugal*.

FERREIRA, M.C. E FERREIRA, G.W.S., 1990, *Pragas das Resinosas, Guia de Campo*, Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação – DGPA, Série Divulgação, nº3.

FERREIRA, M.C. E FERREIRA, G.W.S., 1991, *Pragas das Folhosas, Guia de Campo*, Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação – DGPA, Série Divulgação, nº5.

GERMANO, M., 2004, *Regime Florestal, um Século de Existência*, Lisboa, Direção-Geral das Florestas, Estudos e Informação n.º 324.

Maria Cristina Duarte, Ilídio Moreira, 2009, *Flora Aquática e Ribeirinha*, Administração da Região Hidrográfica do Algarve I. P.

Plano de Desenvolvimento Rural 2000-06, 1999.

<http://www.centrometeo.pt/pt/tempo/estacoes-meteorologicas.html>

http://www.icn.pt/psrn2000/caract_habitat.htm

<http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gest%C3%A3o/Planos+de+Ordenamento+das+%C3%81reas+Protegidas>

<http://dre.pt>

<http://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/>

<http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>

<http://www.ccdr-alg.pt/>

<http://www.icnf.pt/portal>

ANEXOS

I - Anexo cartográfico

II – Ocorrência de espécies de fauna

III - Elenco florístico

Anexo II

Ocorrência de espécies de fauna

Espécies	Designação	Família	Ocorrência	Estatuto de conservação		Fenologia e estatuto legal
				1990	2008	
Veado	Cervus elaphus	Cervidae	Inexistente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Gamo	Cervus dama	Cervidae	Inexistente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Em Cercado. Cinegético
Javali	Sus scrofa	Suidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Raposa	Vulpes vulpes	Canidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Saca-rabos	Herpestes icnneumon	Viverridae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Coelho	Oryctolagus cuniculus	Leporidae	Frequente	Não Ameaçado	Quase Ameaçado	Residente. Cinegético
Lebre	Lepus capensis	Leporidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Perdiz Vermelha	Alectoris rufa	Phaseanidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Tordo comum	Turdus philomelos	Turdidae	Frequente	Não Ameaçado	Quase Ameaçado	Invernante. Cinegético
Tordo ruivo	Turdus iliacos	Turdidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Invernante. Cinegético
Tordo zornal	Turdus pilaris	Turdidae	Frequente	Não Ameaçado	Insufi. Conhecido	Invernante. Cinegético
Tordeia	Turdus viscivorus	Turdidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Rola comum	Streptopelia turtur	Columbidae	Frequente	Vulnerável	Pouco Preocupante	Estival nidificante. Cinegético
Rola turca	Streptopelia decaocto	Columbidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Galinhola	Scolopax rusticola	Scolopacidae	Raro	Insufi. Conhecido	Insufi. Conhecido	Invernante. Cinegético
Pombo da rocha	Columba livea	Columbidae	Frequente	Não Ameaçado	Insufi. Conhecido	Residente. Cinegético
Pombo torcaz	Columba palumbus	Columbidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Pombo bravo	Columba oenas	Columbidae	Inexistente	Insufi. Conhecido	Insufi. Conhecido	Residente. Cinegético
Estorninho	Sturnus vulgaris	Sturnidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Invernante. Cinegético

malhado						
Estorninho preto	Sturnus unicolor	Sturnidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente: Endémico da Península Ibérica e Sul de França
Gaio	Garrulus glandarius	Corvidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Pega-azul	Cyanopica cyana	Corvidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Pega-rabuda	Pica pica	Corvidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Melro	Turdus merula	Turdidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente. Cinegético
Gato-bravo	Felis silvestris	Felidae	Inexistente	Indeterminado	Vulnerável	Residente
Lince	Lynx pardina	Felidae	Inexistente	Em Perigo	Criticamente em Perigo	Residente. Endémico da Península Ibérica
Texugo	Meles meles	Mustelidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Gineta	Genetta genetta	Viverridae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Doninha	Mustela nivalis	Mustelidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Marta	Martes foina	Mustelidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Lontra	Lutra lutra	Mustelidae	Raro	Insufi. Conhecido	Pouco Preocupante	Residente
Águia de bonelli	Hieraaetus fasciatus	Accipitridae	Ocasional	Raro	Em Perigo	Residente/Invernante
Águia calçada	Hieraaetus pennatus	Accipitridae	Ocasional	Não Ameaçado	Quase Ameaçado	Estival nidificante
Águia-cobreira	Circaetus gallicus	Accipitridae	Frequente	Insufi. Conhecido	Quase Ameaçado	Estival nidificante
Águia sapeira	Circus aeruginosus	Accipitridae	Ocasional	Vulnerável	Vulnerável	Residente
Tartaranhão-cinzento	Circus cyaneus	Accipitridae	Raro	Indeterminado	Criticamente em Perigo	Residente/Invernante
Águia de asa redonda	Buteo buteo	Accipitridae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Bútio-vespeiro	Pernis apivorus	Accipitridae	Ocasional	Insufi. Conhecido	Vulnerável	Estival nidificante
Falcão da Rainha	Falco eleonora	Falconidae	Raro	Não Ameaçado	Regionalmente Extinto	Migrador. Avistamentos muito raros em passagens final Verão princípio do Outono.
Açor	Accipiter gentilis	Accipitridae	Ocasional	Indeterminado	Vulnerável	Residente
Gavião	Accipiter nisus	Accipitridae	Ocasional	Indeterminado	Pouco Preocupante	Residente/Invernante

Milhafre	Milvus milvus	Accipitridae	Raro	Raro	Criticamente em Perigo	Residente/Invernante
Falcão-peregrino	Falco peregrinus	Falconidae	Raro	Raro	Vulnerável	Residente/Invernante
Ógea	Falco subbuteo	Falconidae	Raro	Insufi. Conhecido	Vulnerável	Estival nidificante
Esmerilhão	Falco columbarius	Falconidae	Ocasional	Insufi. Conhecido	Vulnerável	Invernante
Andorinhão-real	Tachymarplis melba	Apodidae	Ocasional	Raro	Quase Ameaçado	Migrador. Nidificante
Bufo Real	Bubo bubo	Tytonidae	Frequente	Raro	Quase Ameaçado	Residente
Mocho-galego	Athene noctua	Tytonidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Coruja-do-mato	Strix aluco	Tytonidae	Raro	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Cotovia-montesina	Galerida theklae	Alaudidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Picanço real	Lanius excubitor	Laniidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Pintassilgo	Carduelis carduelis	Fringillidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Lugre	Carduelis spinus	Fringillidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Invernante
Rouxinol-comum	Luscinia megarhynchos	Turdidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Estival
Petinha das árvores	Anthus trivialis	Motacillidae	Frequente	Raro	Quase Ameaçado	Estival nidificante
Petinha dos Prados	Anthus pratensis	Motacillidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Invernante
Rouxinol bravo	Cettia cetti	Sylviidae	Ocasional	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Residente
Abelharuco-comum	Merops apiaster	Meropidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Estival
Poupa	Upupa epops	Upupidae	Frequente	Não Ameaçado	Pouco Preocupante	Estival
Grifo	Gyps fulvus	Accipitridae	Observável	Vulnerável	Quase Ameaçado	Residente. Com migrações de jovens e imaturos observáveis em Outubro- Novembro
Abutre do Egito	Neophron percnopterus	Accipitridae	Observável	Vulnerável	Em Perigo	Estival nidificante
Cegonha branca	Ciconia ciconia	Ciconiidae	Frequente	Vulnerável	Pouco Preocupante	Estival. Residente

Anexo III

ELENCO FLORÍSTICO

Nome
Amaryllidaceae
<i>Pancratium maritimum</i> L.
Anacardiaceae
<i>Pistacia lentiscus</i> L.
Apiaceae (Umbelliferae)
<i>Crithmum maritimum</i> L.
<i>Daucus halophilus</i> Brot.
<i>Eryngium dilatatum</i> Lam.
<i>Oenanthe crocata</i> L.
<i>Thapsia garganica</i> L.
<i>Thapsia villosa</i> L.
Araceae
<i>Arisarum vulgare</i> Targ.-Tozz.
Araucariaceae
<i>Araucaria heterophylla</i> (Salsb) Franco
Aristolochiaceae
<i>Aristolochia paucinervis</i> Pomel
Asteraceae (Compositae)
<i>Arctotheca calendula</i> (L.) Levyns
<i>Asteriscus aquaticus</i> (L.) Less.
<i>Asteriscus maritimus</i> (L.) Less
<i>Calendula suffruticosa</i> Vahl subsp. <i>suffruticosa</i>
<i>Carlina corymbosa</i> L.
<i>Carlina racemosa</i> L.
<i>Centaurea pullata</i> L.
<i>Chamaemelum nobile</i> (L.) All.
<i>Cheirolophus sempervirens</i> (L.) Pomel
<i>Chrysanthemum coronarium</i> L. var. <i>coronarium</i>
<i>Cynara algarbiensis</i> Mariz
<i>Cynara humilis</i> L.
<i>Dittrichia viscosa</i> subsp. <i>revoluta</i> (Hoffmanns & Link) Pinto da Silva & Tutin
<i>Helichrysum picardii</i> Boiss. & Reut.
<i>Phagnalon saxatile</i> (L.) Cass.
<i>Picris echioides</i> L.
<i>Spergula</i> sp.

<i>Reichardia gaditana</i> (Willk.) Cout.
Boraginaceae
<i>Echium gaditanum</i> Boiss.
<i>Echium plantagineum</i> L.
Brassicaceae (Cruciferae)
<i>Eruca vesicaria</i> (L.) Cav.
<i>Lobularia maritima</i> (L.) Desv.
<i>Malcolmia littorea</i> (L.) R.
Campanulaceae
<i>Campanula rapunculus</i> L.
Caprifoliaceae
<i>Lonicera implexa</i> Aiton
Caryophyllaceae
<i>Paronychia argentea</i> Lam.
<i>Silene littorea</i> Brot. subsp. <i>littorea</i>
Cistaceae
<i>Cistus crispus</i> L.
<i>Cistus monspeliensis</i> L.
<i>Cistus palhinhae</i> Ingram
<i>Cistus salviifolius</i> L.
<i>Halimium calycinum</i> (L.) K. Koch
<i>Tuberaria guttata</i> (L.) Fourr.
Convolvulaceae
<i>Calystegia soldanella</i> (L.) R. Br.
<i>Convolvulus arvensis</i> L.
<i>Cuscuta planiflora</i> Ten.
Crassulaceae
<i>Sedum sediforme</i> (Jacq.) Pau
Cucurbitaceae
<i>Bryonia cretica</i> subsp. <i>dioica</i> (Jacq.) Tutin
Cupressaceae
<i>Cupressus macrocarpa</i> Hartw
<i>Juniperus turbinata</i> Guss.
Cyperaceae
<i>Scirpoides holoschoenus</i> (L.) Soják
<i>Scirpus maritimus</i> L. subsp. <i>maritimus</i>
Dioscoreaceae
<i>Tamus communis</i> L.
Ericaceae
<i>Erica arborea</i> L.

Euphorbiaceae
<i>Euphorbia</i> sp.
Fabaceae
<i>Bituminaria bituminosa</i> (L.) C.H. Stirt.
<i>Ceratonia siliqua</i> L.
<i>Erophaca baetica</i> subsp. <i>baetica</i> (L.) Boiss.
<i>Genista hirsuta</i> Vahl
<i>Genista triacanthos</i> Brot.
<i>Hedysarum glomeratum</i> F.G. Dietr.
<i>Lotus creticus</i> L.
<i>Lotus corniculatus</i> L. subsp. <i>corniculatus</i>
<i>Ononis natrix</i> subsp. <i>ramosissima</i> (Desf.) Batt.
<i>Trifolium arvense</i> L.
<i>Trifolium angustifolium</i> L.
<i>Trifolium campestre</i> Schreber
<i>Trifolium stellatum</i> L.
<i>Trifolium strictum</i> L.
<i>Vicia benghalensis</i> L.
Fagaceae
<i>Quercus coccifera</i> L.
<i>Quercus faginea</i> subsp. <i>broteroi</i> (Coutinho) A. Camus
<i>Quercus lusitanica</i> Lam.
<i>Quercus suber</i> L.
Gentianaceae
<i>Centaurium erythraea</i> Rafn subsp. <i>erythraea</i>
Geraniaceae
<i>Geranium purpureum</i> Vill.
Iridaceae
<i>Gladiolus italicus</i> Miller
Juncaceae
<i>Juncus acutus</i> L.
Lamiaceae (Labiatae)
<i>Phlomis purpurea</i> L.
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.
<i>Teucrium vicentinum</i> Rouy
<i>Thymus camphoratus</i> Hoffmanns. & Link
Leguminosae (Acacieae)
<i>Acacia dealbata</i> Link
<i>Acacia longifolia</i> (Andrews) Willd.
<i>Acacia pycnantha</i> Benth.

<i>Acacia melanoxylon</i> R. Br.
Liliaceae
<i>Asparagus acutifolius</i> L.
<i>Asparagus aphyllus</i> L.
<i>Asphodelus aestivus</i> Brot.
<i>Ruscus aculeatus</i> L.
<i>Smilax aspera</i> var. <i>altissima</i> Moris & De Not.
<i>Smilax aspera</i> L. var. <i>aspera</i>
<i>Urginea maritima</i> (L.) Baker
Linaceae
<i>Linum bienne</i> Miller
Malvaceae
<i>Lavatera mauritanica</i> Durieu
Moraceae
<i>Ficus carica</i> L.
Myoporaceae
<i>Myoporum laetum</i> G. Forst.
Myrtaceae
<i>Eucalyptus camaldulensis</i> Dehnh.
<i>Eucalyptus globulus</i> Labill.
<i>Eucalyptus gomphocephala</i> DC.
<i>Myrtus communis</i> L.
Orchidaceae
<i>Epipactis lusitanica</i> Tyteca
<i>Serapias</i> sp.
Orobanchaceae
<i>Orobanche minor</i> Sm.
Oxalidaceae
<i>Oxalis pes-caprae</i> L.
Papaveraceae
<i>Papaver rhoeas</i> L.
Pinaceae
<i>Pinus canariensis</i> Chr. P. Sm. Ex DC.
<i>Pinus halepensis</i> Miller
<i>Pinus pinaster</i> Aiton
<i>Pinus pinea</i> L.
<i>Pinus radiata</i> D. Don.
Pittosporaceae
<i>Pittosporum undulatum</i> Vent.
Plantaginaceae

<i>Plantago coronopus</i> L. subsp. <i>coronopus</i>
<i>Plantago macrorhiza</i> Poir.
Plumbaginaceae
<i>Armeria pungens</i> (Link) Hoffmanns. & Link
Poaceae (Gramineae)
<i>Ammophila arenaria</i> (L.) Link
<i>Arundo donax</i> L.
<i>Avena sativa</i> subsp. <i>macrantha</i> (Hackel) Rocha Afonso
<i>Brachypodium distachyon</i> (L.) Beauv.
<i>Briza maxima</i> L.
<i>Briza minor</i> L.
<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.
<i>Dactylis hispanica</i> subsp. <i>lusitanica</i> (Stebbins & Zohary) Rivas Martínez & Izco
<i>Dactylis marina</i> Borril
<i>Hordeum marinum</i> Huds.
<i>Lagurus ovatus</i> L.
Polygonaceae
<i>Emex spinosa</i> (L.) Campd.
<i>Rumex bucephalophorus</i> subsp. <i>gallicus</i> (Steinh.) Rech. fil.
<i>Rumex induratus</i> Boiss. & Reuter
Primulaceae
<i>Anagallis monelli</i> L.
Resedaceae
<i>Reseda lutea</i> L.
Rhamnaceae
<i>Rhamnus lycioides</i> L.
Rosaceae
<i>Pyrus bourgaeana</i> Decne
<i>Rosa</i> sp.
<i>Rubus ulmifolius</i> Schott
<i>Sanguisorba hybrida</i> (L.) Nordborg
<i>Sanguisorba minor</i> Scop.
Rubiaceae
<i>Rubia peregrina</i> L.
<i>Galium</i> sp.
Salicaceae
<i>Populus</i> sp.
<i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>australis</i> Franco
Scrophulariaceae
<i>Parentucellia viscosa</i> (L.) Caruel

<i>Scrophularia frutescens</i> L.
<i>Tamaricaceae</i>
<i>Tamarix africana</i> Poiret
<i>Typhaceae</i>
<i>Typha angustifolia</i> L.

